

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

**DETERMINANTES DO SPREAD BANCÁRIO NO
BRASIL (1999 – 2011)**

Felippe Pereira Barone

CAMPINAS
2011

FELIPPE PEREIRA BARONE

**DETERMINANTES DO SPREAD BANCÁRIO NO
BRASIL (1999 – 2011)**

Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Econômicas da Universidade
Estadual de Campinas, como requisito
parcial para obtenção do título de
Bacharel em Economia.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Rosa Ribeiro de Mendonça

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof. Dra. Ana Rosa Ribeiro de Mendonça, pelo apoio, pela dedicação e pela atenção a mim dispensados ao longo da realização deste trabalho, que foram indispensáveis para sua conclusão.

À Prof. Dra. Simone de Deos, que gentilmente aceitou a participação na banca examinadora e teceu comentários e sugestões que agregaram a este trabalho.

À Prof. Dra. Maryse Farhi pelas excelentes lições de economia e pelo interesse em mim despertado pelo tema abordado neste trabalho.

Aos colegas de graduação, pelo suporte e pelas discussões e contribuições que foram importantíssimas para o enriquecimento deste estudo.

À minha família, que sempre me apoiou durante o desenvolvimento deste estudo e da graduação como um todo.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a magnitude e os possíveis determinantes do spread bancário no Brasil de 1999 a 2011. O spread no Brasil é um dos mais elevados do globo, e diversas instituições e pesquisadores vêm tratando esse tema em seus estudos. O Banco Central do Brasil emite, desde 1999, relatórios que visam a um melhor entendimento dessa variável. O spread pode ser decomposto em componentes e tanto variáveis macroeconômicas quanto questões relativas à própria estrutura do setor bancário no Brasil podem influenciar sua magnitude. Realiza-se neste estudo uma análise baseada na revisão de literatura acerca do tema, comparando-se e analisando-se os resultados obtidos. Verificou-se que os principais componentes do spread bancário são a inadimplência, os custos administrativos e o resíduo, aos quais se somam o custo tributário e o custo do compulsório. Quanto às variáveis macroeconômicas, as que parecem mais influenciá-lo são a taxa básica de juros da economia, a volatilidade da taxa básica e a inflação. Os estudos indicam que o poder de mercado e o poder econômico dos bancos podem ser também um fator explicativo para os altos níveis do spread bancário no Brasil.

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze the magnitude and the possible determinants of bank spread in Brazil from 1999 to 2011. Bank spread in Brazil is one of the highest in the world, and several institutions and researchers have treated such subject in their studies. Since 1999 the Central Bank of Brazil has issued reports seeking a better understanding of such variable. Bank spread can be studied as a composite of some elements. Its magnitude may be influenced by macroeconomic variables as well as by questions derived from the very structure of the banking industry in Brazil. In the present study a literature review is performed, comparing and analyzing the results of other studies. Default, operating costs and the residual were the main components of bank spread, followed by taxation and reserve requirements. As for the macroeconomic variables, the base interest rate, the volatility of such rate and the inflation seem to have the greatest influence on bank spread. The studies also indicate that the market power and the economic power of banks may be an explanatory factor for the high levels of bank spread in Brazil.

SUMÁRIO

1 – Introdução	7
2 – Os Componentes do Spread Bancário.....	9
2.1 Introdução	9
2.2 Componentes e Análises.....	11
2.2.1 Custo Administrativo	12
2.2.2 Inadimplência.....	15
2.2.3 Compulsório.....	24
2.2.4 Tributos, Taxas e Impostos	26
2.2.5 Resíduo.....	27
3 – Determinantes Macroeconômicos	29
3.1 A Taxa Básica de Juros.....	29
3.2 A Volatilidade da Taxa Básica de Juros	33
3.3 O Nível de Atividade e Produto.....	34
3.4 A Inflação.....	35
3.5 Resumo dos Resultados para Variáveis Macroeconômicas	36
4 – Evolução Recente.....	38
5 – Poder de Mercado, Poder Econômico e Spread Bancário.....	43
6 – Conclusões e Considerações Finais	49
Referências	51

1 - Introdução

Spread bancário, basicamente, é a diferença entre a taxa média de aplicação das instituições financeiras, em seus diversos ativos relativos a atividades de crédito à pessoa física e jurídica, e sua taxa média de captação, por meio de produtos como depósitos a prazo e interfinanceiros.

As atividades de financiamento concedido a pessoas físicas envolvem produtos como o cheque especial e o crédito pessoal, como CDC (Crédito Direto ao Consumidor). Já as concedidas à pessoa jurídica são compostas, entre outros, por empréstimos para Capital de Giro, Hot Money, desconto de duplicatas e notas promissórias, Conta Garantida e Vendors. As operações de captação de recursos, por sua vez, englobam produtos como CDBs (Certificados de Depósito Bancário), empréstimos obtidos no mercado interbancário e outros empréstimos junto a demais instituições, como no mercado externo.

Spreads são variáveis de grande importância, tanto para a gestão de recursos e riscos dos bancos, quanto para questões macroeconômicas, como o comportamento do consumo e o nível de atividade da economia, e microeconômicas, como as operações de empresas em geral, considerando sua alavancagem financeira e sua saúde econômica e financeira. Por esse motivo, a discussão acerca dessa variável e de sua magnitude se mostra relevante, podendo levar a um melhor entendimento do funcionamento e das práticas das instituições financeiras, além de poder colaborar para a elaboração de medidas de fomento à atividade econômica.

Desde 1999, com o início da vigência do tripé câmbio flutuante, metas de inflação e juros reais elevados, associada ao maior compromisso do governo com a sustentabilidade das contas públicas, os spreads ganharam mais importância no cenário das discussões econômicas por todo o país. Não mais tendo seus principais esforços de política macroeconômica voltados para a manutenção do câmbio e as implicações dessa política cambial, o Banco Central passou a emitir relatórios sobre o spread, atentando à sua magnitude e buscando possíveis maneiras de reduzi-lo. Esperava-se que a flexibilização do câmbio permitisse uma redução das taxas de juros. Ao longo dos anos, de fato, observou-se uma queda, embora consideravelmente conservadora, da taxa básica de juros, que não foi acompanhada por um decréscimo correspondente das taxas de juros na ponta de aplicação pelos bancos. Assim, o Banco Central manteve e aprofundou seus estudos visando a uma maior compreensão da natureza e da formação do spread bancário no Brasil.

Vários pesquisadores e instituições financeiras passaram a estudá-lo mais a fundo, muitas vezes partindo de premissas divergentes, de acordo com as crenças e interesses que lhes concernem.

Realizar-se-á, neste trabalho, uma exposição das principais discussões sobre o spread bancário, seus componentes, sua magnitude e seus possíveis determinantes. As informações aqui expostas, bem como as suposições e conclusões, foram extraídas e/ou baseadas em trabalhos disponibilizados pelo Banco Central do Brasil, pela FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos), por outras instituições ou organizações como a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e a FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras), e por diversos autores ou núcleos de pesquisa independentes. Este estudo está organizado da seguinte maneira: na seção que segue, descrevem-se os componentes do spread bancário, indicando-se a percentagem do spread pela qual cada um deles é responsável e discutindo-se sobre sua influência sobre o spread e seus movimentos. Em seguida, na seção 3, analisam-se os determinantes macroeconômicos do spread, indicando-se os resultados obtidos nos estudos abordados e analisando-se cada variável. Na seção 4, descreve-se a evolução recente do spread, atentando para possíveis explicações para quedas e elevações. Na seção 5, discorre-se sobre o poder de mercado e econômico dos bancos, que podem ser um dos fatores explicativos para a magnitude do spread no Brasil. Por fim, na seção seguinte, tecem-se as considerações finais e conclusões.

É preciso mencionar que nem sempre os estudos acerca do spread bancário defendem ou propõem o uso da mesma metodologia para o cálculo da variável e de seus componentes. A maioria dos estudos toma como base, seja para realizar suas análises, seja para propor um cálculo alternativo, a metodologia utilizada pelo Banco Central¹, a partir da qual os cálculos para a determinação das percentagens de cada componente no total do spread foram realizados no presente estudo. Não faz parte do escopo deste trabalho a discussão das diferentes metodologias para cálculo do spread. Nos casos em que a alteração do método de cálculo utilizado pelo autor de algum estudo possa levar a conflitos de análise, mencionou-se a alteração de método.

¹ Para estudo da metodologia do Banco Central para o cálculo do spread, vide BCB (2005) e BCB (2007).

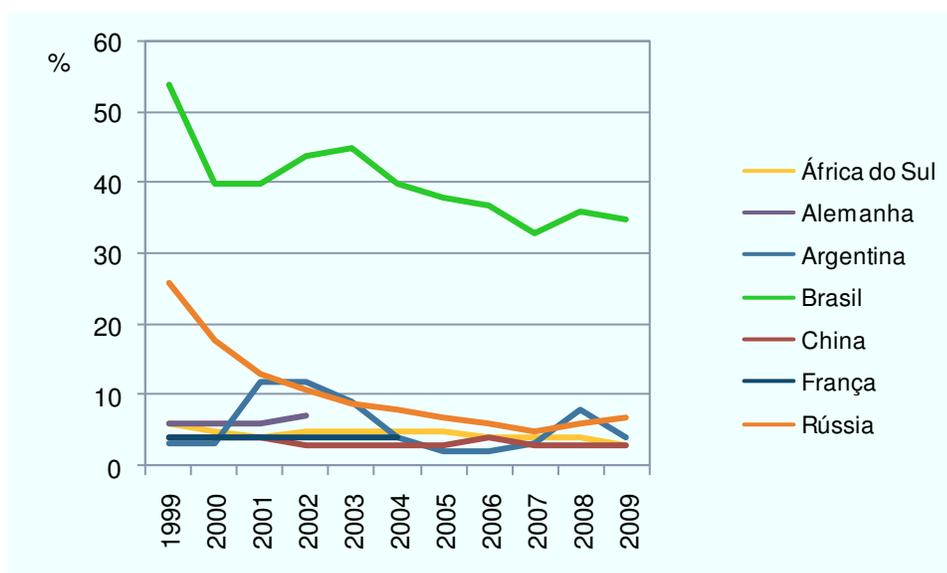
2 - Os Componentes do Spread Bancário

2.1 Introdução

Nesta seção, descrever-se-á a decomposição do spread bancário, evidenciando seus determinantes e as explicações acerca de suas magnitudes, segundo a visão de diferentes instituições e pesquisadores.

Como já descrito anteriormente, a partir de finais da década de 1990 as discussões sobre os spreads ganharam volume e força. Além disso, o fato de o spread no Brasil ser muito elevado, tanto quando comparado com a margem praticada em países desenvolvidos, quanto com aquela vigente em economias periféricas, suscita elucubrações e indagações sobre a razão de tamanha expressividade. No gráfico 1 abaixo é possível visualizar a discrepância entre o patamar das taxas brasileiras frente às de outros países.

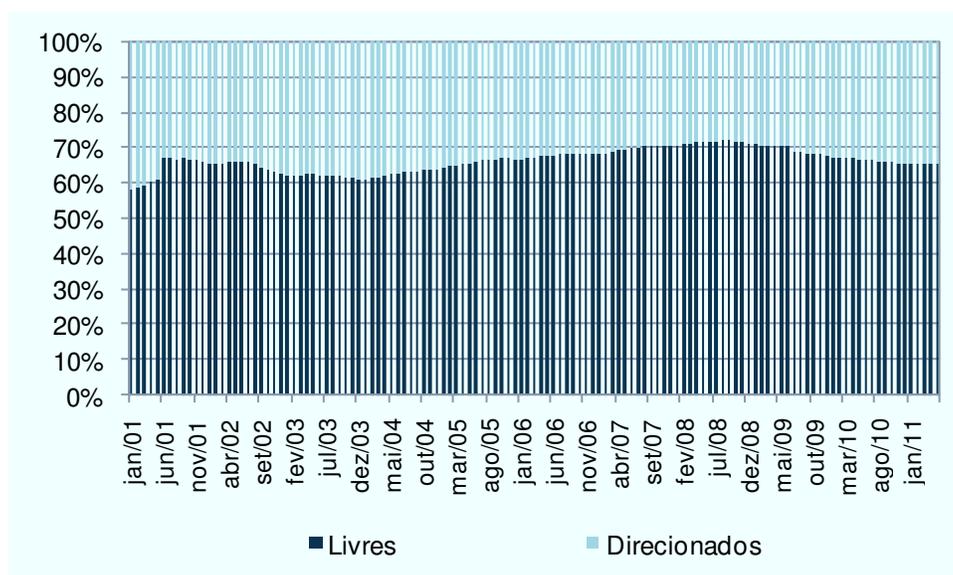
Gráfico 1 – Spreads de diversos países – 1999-2009



Fonte: Banco Mundial

Os cálculos referentes aos spreads considerados neste trabalho e nos estudos analisados correspondem ao segmento livre referenciado. Livre porque o custo financeiro das operações é livremente pactuado entre o banco e o tomador do empréstimo; referenciado porque suas modalidades estão contempladas na Circular nº 2.957, de 1999, do BACEN². Em contraposição, existe o crédito direcionado, composto por modalidades cuja taxa máxima é determinada por autoridade reguladora. Alguns exemplos de crédito direcionado são repasses do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), crédito rural e financiamento imobiliário. No gráfico 2 abaixo, verifica-se a percentagem de cada uma dessas modalidades de crédito no total da oferta de crédito com recursos livres e direcionados.

Gráfico 2 – Brasil: Percentagem da oferta de crédito com recursos livres e com recursos direcionados sobre o total de crédito ofertado com recursos livres e direcionados – 2001 – 2011



Fonte: Banco Central

Conforme se pode visualizar no gráfico, a concessão de crédito com recursos livres é consideravelmente mais expressiva. Não obstante, não se pode desprezar a concessão de crédito com recursos direcionados. Alguns autores defendem que os créditos direcionados são subsidiados pelo crédito livre, isto é, que as instituições compensariam o teto de taxa nas

² Segundo a referida Circular do BACEN, os bancos devem informar os valores e taxas de juros das operações de crédito das modalidades mais relevantes.

operações direcionadas elevando os juros dos segmentos livres. Essa discussão será retomada na subseção 2.2.5, referente ao resíduo.

Ao analisar os determinantes do spread – que, basicamente, são uma composição de fatores que, somados, explicam a totalidade dessa taxa –, as diferentes instituições e pesquisadores atribuem a cada um deles diferentes graus de importância e poder de explicação. Assim, órgãos como a FEBRABAN adjudicam especial importância a variáveis como os tributos e a inadimplência. É interessante observar que, apesar de diversas alegações de ambas as partes que possam sugerir o contrário, a visão proferida pelo Banco Central do Brasil se assemelha em muito àquela defendida pelos bancos.

No entanto, outros pesquisadores ou organismos, como a FIESP, procuram apontar possíveis superestimações ou inconsistências nas explicações sugeridas pelos bancos, além de tentar apontar a relação da magnitude da margem com algumas variáveis macroeconômicas. Estes pontos e, de maneira mais geral, essas duas correntes de argumentação, serão mais detalhadamente expostos e discutidos ao longo desta e da próxima seção.

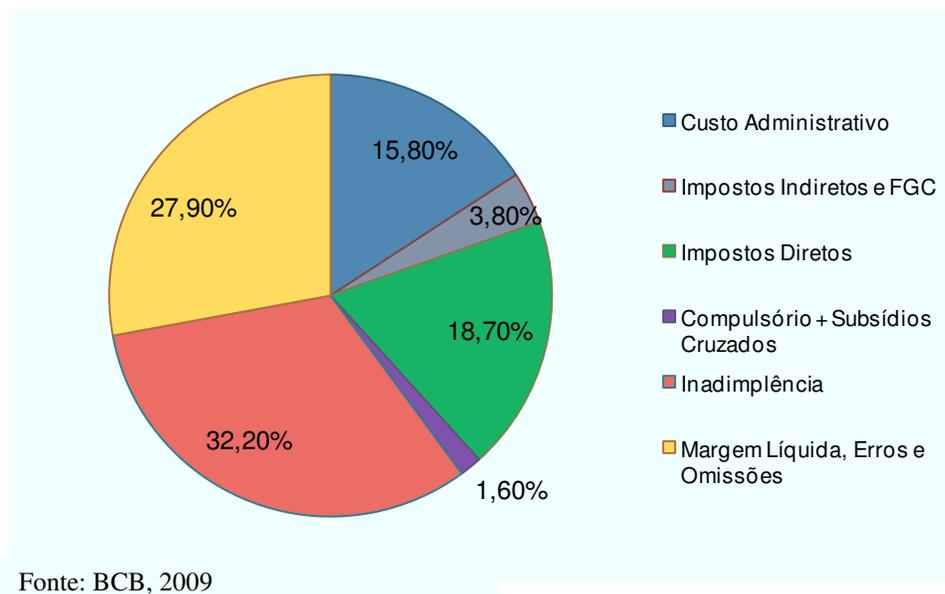
2.2 Componentes e Análises

O spread bancário é explicado a partir de uma decomposição, no modelo da que se expõe abaixo. Cada uma das variáveis explica certa porcentagem do total da margem cobrada pela instituição financeira em suas aplicações em crédito. As porcentagens referentes à composição do spread aqui demonstrada seguem a metodologia criada pelo BCB, atualizada até seus estudos de 2009.

Basicamente, os componentes do spread são Custo Administrativo, Inadimplência, Custo do Compulsório, Impostos Indiretos e Fundo Garantidor de Crédito (FGC), Impostos Diretos e Resíduo Líquido, somados aos possíveis erros e omissões do cálculo. Em 2009, a participação de cada desses fatores na composição do spread total foi de 15,80%, 32,20%, 3,80%, 18,70% e 27,90%, respectivamente (BCB, 2009)³, conforme gráfico 3 abaixo.

³ Os dados aqui utilizados para a decomposição do spread foram retirados do Relatório de Economia Bancária e Crédito, do Banco Central do Brasil, de 2009, sendo este o relatório mais recente acerca do spread publicado por

Gráfico 3 – Componentes do spread bancário médio no Brasil em 2009



2.2.1 Custo Administrativo

A variável Custo Administrativo corresponde aos gastos incorridos nas operações bancárias, como aqueles necessários para a manutenção de agências e de pessoal. Seu alto percentual reflete o grande número de agências e a baixa alavancagem dos bancos brasileiros (o que significa que os bancos no Brasil utilizam recursos de terceiros numa quantidade relativamente baixa em comparação aos seus capitais próprios). Na primeira metade da década de 2000, a média do grau de alavancagem dos dez maiores bancos brasileiros, medida através da relação dívidas e capital próprio, manteve-se entre 4 (quatro) e 6 (seis), frente a uma média entre 12 (doze) e 14 (quatorze) entre os anos de 1950 e 1962 (Kakinami, 2007). Entretanto, deve-se ressaltar que nos últimos anos houve um aumento da alavancagem, em um ambiente macroeconômico estável – o que, a priori, poderia permitir a prática de taxas de juros menores,

essa instituição. Apesar de esse ter sido um ano com algumas especificidades, assim como 2008, devido à crise financeira de 2008, não houve mudanças muito expressivas na ordenação dos componentes do spread em termos de participação em sua composição. Para maiores detalhes, vide BCB (2009).

uma vez que uma maior alavancagem deve permitir remunerar o capital próprio com um spread mais baixo.

Outra questão a ser considerada é que as despesas administrativas tendem a diminuir com o crescimento das operações de crédito, que deve gerar novas economias de escala. Coelho (2010), em sua análise, aponta que as economias de escala foram responsáveis por considerável redução na contribuição das despesas administrativas para os spreads no período compreendido entre 2003 e 2008. Em 2003, tais despesas compunham 10,6 p.p. do spread, frente a 4,6 em 2008, sendo que essa participação, em p.p., decresceu durante todo o período em questão (BCB, 2009).

Além disso, reformas no sistema bancário ocorridas em 2002 permitiram uma crescente expansão do atendimento dos bancos sem que fosse necessária a abertura de novas agências, utilizando-se de correspondentes, como estabelecimentos comerciais, e de mecanismos como caixas eletrônicos (que já vinham sendo crescentemente utilizados há mais tempo) e internet banking – movimento que permite a ampliação da atividade com um aumento menos que proporcional dos custos para sua realização. Como aponta a ABBC (2007), a atuação via correspondentes permite aumentar a capilaridade dos serviços oferecidos à população, com compartilhamento de custos, sem que o banco tenha que arcar com os custos fixos de se abrir e manter uma agência. Segundo a FEBRABAN (2008), de 2006 para 2007, observou-se uma evolução de 29,0% nas transações efetuadas por meio de correspondentes não-bancários⁴, que tiveram expansão de 15,5%, no mesmo período, em termos de unidades. Esse meio é utilizado, em geral, pelo público de mais baixa renda ou que não possui conta em banco. Quanto ao auto-atendimento, houve evolução de 15,4% de 2006 para 2007, sendo que as transações via internet cresceram 12,6%. Na tabela 1 abaixo seguem alguns dados a respeito:

⁴ Correspondentes não-bancários são empresas que podem desempenhar a função de correspondente no País para instituições bancárias, podendo oferecer diversos serviços, como recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas, pagamento de títulos e recepção e encaminhamento de pedidos de empréstimos e de financiamento, dentre outros. As normas que dispõem sobre a contratação desses correspondentes estão presentes nas Resoluções do Banco Central 3110, de 31 de julho de 2003, e 3156, de 17 de dezembro de 2003.

Tabela 1 – Número de Agências, Postos Tradicionais, Postos Eletrônicos e Correspondentes Não-Bancários e Variações 2007/2006 e 2007/2000 (%) – 2000 a 2007

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Var 07/06	Var 07/00
Número de Agências	16.396	16.841	17.049	16.829	17.260	17.515	18.067	18.308	1,3%	11,7%
Postos Tradicionais	9.495	10.241	10.140	10.045	9.837	9.527	10.220	10.427	2,0%	9,8%
Postos Eletrônicos	14.453	16.748	22.428	24.367	25.595	27.405	32.776	34.790	6,1%	140,7%
Correspondentes	13.731	18.653	32.511	36.474	46.035	69.546	73.031	84.332	15,5%	514,2%

Fonte: FEBRABAN, 2008

Apesar do grande crescimento relativo das transações realizadas por meio de postos eletrônicos, correspondentes e via internet no período 2002-2007, a parcela relativa aos gastos administrativos caiu menos de 2,10 p.p. do total do spread, no mesmo período, em uma trajetória descendente em todos os anos, com exceção de 2002 para 2003 (BCB, 2009).

Oreiro et al. (2006) realizaram uma análise de regressão múltipla para verificar as variáveis que poderiam ter influenciado direta ou indiretamente os spreads de janeiro de 1995 a dezembro de 2003. Seu cálculo mostrou que a sensibilidade do spread a variações nas despesas administrativas foi bastante elevada. Uma redução de 1,0% nessas despesas levaria a uma redução de 1,55% no spread médio dos bancos.

Uma questão que não deve deixar de ser comentada diz respeito às despesas com pessoal. Esses gastos estão inclusos na rubrica de despesas administrativas, componente de peso expressivo no spread (mais de 15% em 2009). Segundo Lacerda (2006), a despesa com pessoal é o maior item de despesa administrativa dos grandes bancos, sendo os proventos de pessoal responsáveis por 33,57% do total das despesas administrativas (excluindo-se, ainda, encargos sociais e benefícios). Entretanto, ao se analisar nos balanços patrimoniais dos principais bancos brasileiros, as despesas com pessoal e as receitas com tarifas bancárias – cuja razão de terem sido implementadas foi, segundo os próprios bancos, cobrir as despesas com pessoal, uma vez que decorrem do relacionamento do banco com seus clientes no fornecimento de serviços–, verifica-se que essas despesas são em grande parte cobertas com as receitas de tarifas. Não obstante, este item permanece como um forte componente do spread, uma vez que os gastos com pessoal, como já dito, compõem grande parte dos gastos administrativos.

Na tabela 2 abaixo, verificam-se as despesas com pessoal e as receitas com tarifas para os cinco maiores bancos brasileiros em ativo total em 2009 e 2010. Lacerda (2006) realiza cálculos acerca da cobertura das tarifas sobre os proventos com pessoal excluindo o efeito de perturbações que possam afetar a receita e as despesas das instituições, como fusões e aquisições. Seus resultados apontam para uma proporção ainda maior do que a encontrada no presente estudo (que levou em conta apenas os dados disponibilizados nas demonstrações de resultado dos bancos, sem excluir quaisquer efeitos), indicando que para cinco dos seis maiores bancos brasileiros em 2005 a renda com tarifas ultrapassou as despesas de proventos com pessoal. De qualquer maneira, os dados empíricos permitem concluir que pelo menos parte deste gasto é contada em duplicidade no cômputo dos gastos das instituições bancárias⁵.

Tabela 2 – Rendas de Tarifas e Despesas com Pessoal dos 5 maiores bancos brasileiros, em Ativo Total, em 2010 e 2009

<i>Em R\$ Mil</i>	2010			2009		
	Rendas de Tarifas	Despesas com Pessoal	% Cobertura	Rendas de Tarifas	Despesas com Pessoal	% Cobertura
Itaú - Unibanco	3.198.581	(11.200.975)	29%	2.748.042	(10.831.362)	25%
Bradesco	2.746.627	(9.302.386)	30%	2.222.113	(7.966.338)	28%
Banco do Brasil	4.226.578	(13.019.591)	32%	3.339.464	(11.838.434)	28%
CEF	985.920	(9.954.278)	10%	769.987	(9.141.401)	8%
Santander	2.155.150	(5.020.999)	43%	2.102.654	(4.861.984)	43%

Fonte: Demonstrações Financeiras auditadas, fornecidas pelas próprias instituições financeiras

2.2.2 Inadimplência

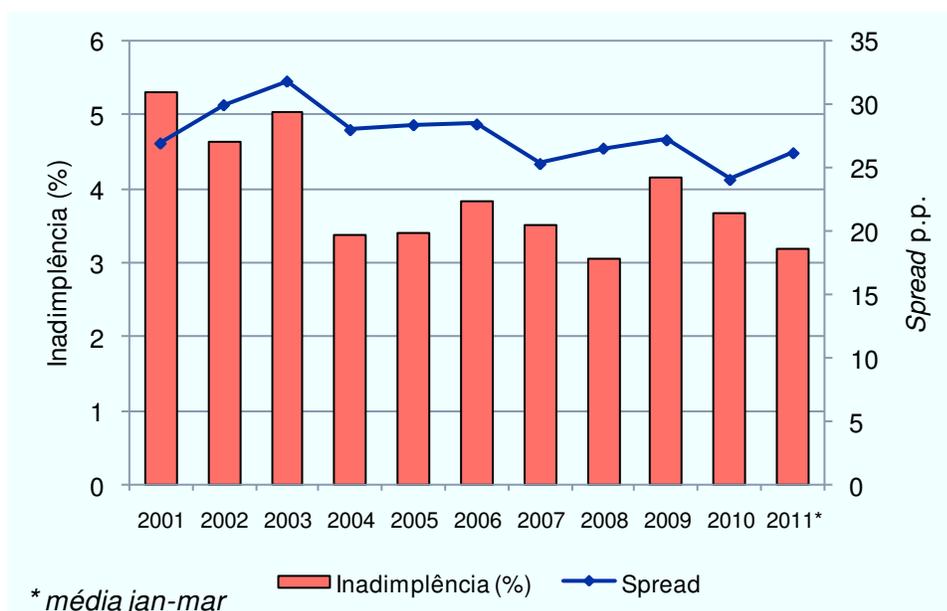
O componente relativo à inadimplência representa percentual considerável, sendo essa rubrica relacionada ao risco de crédito incorrido pelo banco em suas operações de empréstimo. Os bancos, ao concederem crédito, não têm certeza absoluta quanto ao recebimento do valor

⁵ Há ainda a questão das receitas obtidas pelos bancos em operações que não estão relacionadas com a intermediação financeira, como suas atividades de tesouraria. A relação entre os ganhos obtidos nessas operações e as despesas com pessoal decorrentes delas é muito maior (isto é, os gastos com pessoal em tais operações são relativamente menores frente às atividades de intermediação financeira) – exacerbando, assim, o ponto aqui levantado.

emprestado mais juros. Embora possa haver um certo grau de arbitrariedade na escolha da metodologia utilizada por cada instituição financeira para a avaliação desse risco, essa avaliação é mais cuidadosa nos empréstimos de maior valor e a grandes empresas. Para os empréstimos de menor valor, em geral se utiliza uma avaliação padronizada, com parâmetros para cada classe de clientes e valor do crédito (BCB, 1999).

Entende-se que, quanto maior a inadimplência, maior o spread praticado pelos bancos. Apesar de as instituições financeiras estabelecerem estimativas acerca da inadimplência ao calcularem seus juros, pode-se observar a evolução da inadimplência efetivamente observada e o spread praticado no mesmo período no gráfico 4 abaixo, em que se verificam as taxas de inadimplência e os spreads desde 2001 até 2011. Ambos sofreram decréscimo no período, embora o spread não tenha acompanhado o ritmo de queda da inadimplência, em termos relativos.

Gráfico 4 – Inadimplência em Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional (em %) e Spread Médio Total das Operações de Crédito com Recursos Livres (em p.p.) – 2001 - 2011



Fonte: Banco Central do Brasil

No que concerne à classificação de risco de crédito, o Brasil aderiu ao Acordo de Basiléia, em 1994, e hoje segue as recomendações estabelecidas em Basiléia II, tendo estabelecido um cronograma de implantação para as medidas previstas nesse novo acordo adotadas pelo País. Não seria permitida a utilização de ratings auferidos por agências externas de risco de crédito. A Abordagem Padrão Simplificada deveria ser obrigatória para todas as instituições, numa primeira fase e, em uma próxima fase, os grandes bancos poderiam adotar modelos avançados desenvolvidos internamente e autorizados pelo BACEN. As instituições que utilizassem modelos avançados para o risco de crédito deveriam estar aptas para utilizá-las no risco operacional. O Banco Central estabeleceu que “as recomendações relativas ao processo de revisão, supervisão e disciplina de mercado serão aplicadas igualmente a todas as instituições do sistema financeiro nacional” (Carvalho e Santos, 2008, p. 7). A Abordagem Padronizada Simplificada considera pesos padrão para definir a base de cálculo do risco, pondera exposições fora de balanço (que são compromissos assumidos, como limites de crédito concedidos, mas não utilizados pelo tomador) e considera mitigadores de risco (como garantias, colaterais e derivativos).

Atualmente, as diretrizes seguidas para o risco de crédito no Brasil são as constantes na Resolução CMN 2.682/99, que exige que os bancos estabeleçam nove classes de risco de crédito para suas operações, desde o de menor risco, ao qual não é necessária nenhuma provisão (crédito AA) até o de maior risco, para o qual é necessária uma provisão de 100% (crédito H). Para classificar as carteiras, as instituições usam não somente aspectos das operações como prazos e garantias, mas também recorrem à avaliação de risco dos devedores e dos seus garantidores, considerando informações como sua situação econômica e financeira, seu grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa e setor econômico, além de outros. A norma anterior (CMN 1.559/88) impunha uma regra fechada para atribuição de risco, baseada na combinação do prazo de inadimplência e nas garantias. A vigente CMN 2.682/99, no entanto, delega a cada instituição financeira a forma segundo a qual o risco de crédito deve ser calculado (Verrone, 2007).

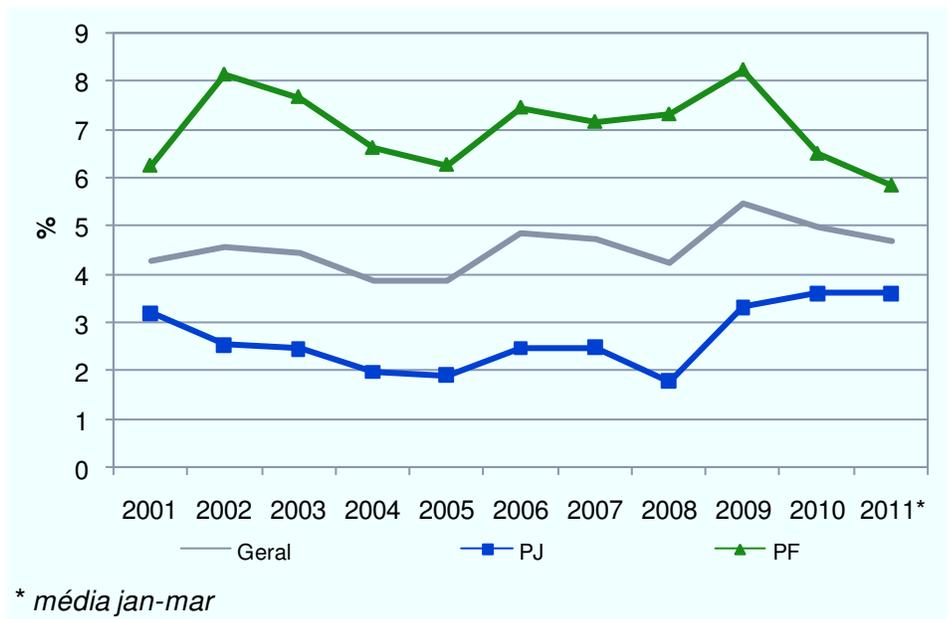
Os spreads são mais elevados nas operações de crédito à pessoa física do que à pessoa jurídica. Possíveis explicações para tal fato são o risco de crédito nas operações de pessoa física ser elevado e os custos administrativos, percentualmente maiores (dado o menor montante dessas operações), fatores que por si só já elevam a margem e, ademais, provocam maior recolhimento de PIS e COFINS, que incidem sobre o faturamento. O IOF também é maior nas operações com

peças físicas que jurídicas (BCB, 1999). Além disso, as empresas, em especial as de grande porte, possuem conta-corrente em diversos bancos, o que possibilita um maior e mais completo acesso pelas instituições financeiras ao seu histórico e implica custo mais baixo, para a empresa, para pesquisar taxas, frente àquele incorrido por pessoas físicas (Afonso, 2009).

Conforme se pode verificar no gráfico 5 abaixo, que abrange o período de 2001 a 2011, a inadimplência para pessoas físicas é consideravelmente mais elevada que para pessoas jurídicas, havendo uma diferença que chegou a 5,5 pontos percentuais em 2008. Já os spreads para pessoas jurídicas é menos elevado que o geral, como comentado acima e demonstrado no gráfico 6 abaixo.

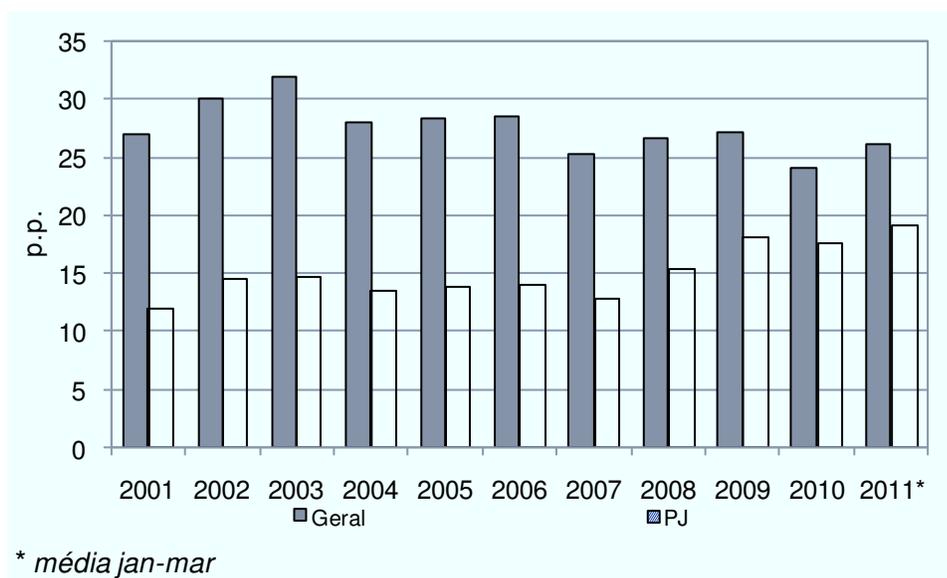
No período em questão, ocorreram diversas mudanças no cenário macroeconômico que influenciaram em quedas do spread. Dentre eles, pode-se mencionar o crescimento da economia, verificado mais intensamente de 2006 a 2008, a queda da taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) e a melhoria das contas públicas. Mas, além desses fatores, algumas mudanças institucionais possibilitaram uma relativa redução do risco de inadimplência, aumentando as garantias dos emprestadores. Dentre tais mudanças estão a aprovação da nova Lei de Falências (Lei nº 11.101/2005), a ampliação da alienação fiduciária, a penhora eletrônica (BACENJud) e a implementação do novo Sistema de Pagamentos Brasileiro. (Afonso, 2009)

Gráfico 5 – Inadimplência Acima de 90 Dias em Relação ao Total da Modalidade (%) – Geral, Pessoa Jurídica e Pessoa Física – 2001 – 2011



Fonte: Banco Central do Brasil

Gráfico 6 – Spread Médio Mensal Total Geral e Pessoa Jurídica (Crédito com Recursos Livres) – 2001 – 2011

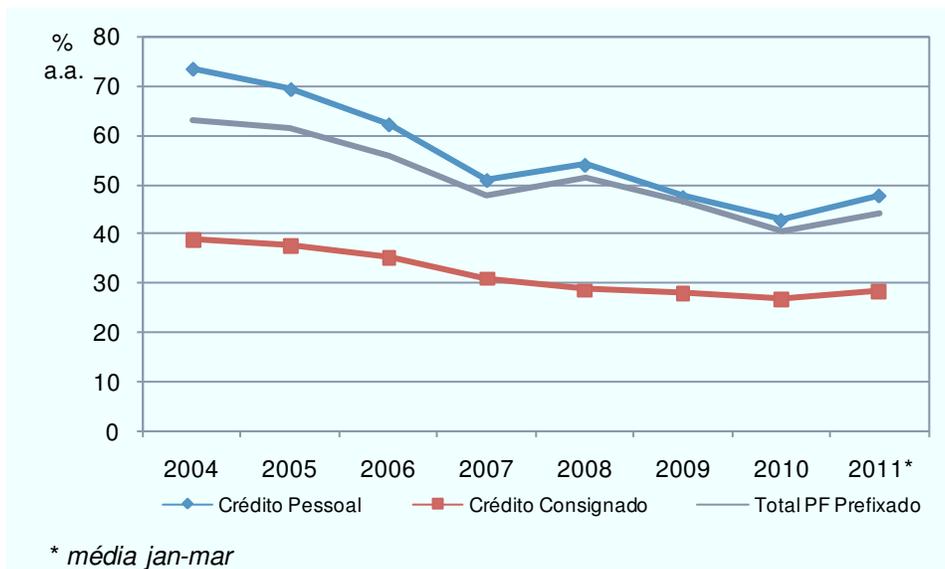


Fonte: Banco Central do Brasil

Não se pode deixar de mencionar, para o período em questão, a inovação financeira que influenciou diretamente a inadimplência dos empréstimos fornecidos à pessoa física e que, por esse motivo, possibilitou uma redução relativa dos spreads no crédito pessoal para esse tipo de tomador. Trata-se do crédito consignado, uma modalidade de empréstimo em que o tomador do crédito sofre abatimento em seu salário para que sua dívida seja paga ao banco. O empregador retém parte do salário a pagar correspondente à prestação do empréstimo e transfere o valor à instituição financeira (Rodrigues et al., 2006). Como parte do salário já permanece retida na fonte, para o pagamento das parcelas de um empréstimo, a probabilidade de que o empregado utilize recursos que deveriam ser usados para pagar a dívida para outros fins (e, por conseguinte, provoque um default) é drasticamente reduzida. A Lei 10.820, que permite o desconto em folha, foi promulgada em 2003 e, já em 2004, as operações consignadas começaram a ser oferecidas aos aposentados e pensionistas do INSS (Takeda, 2005).

Rodrigues et al. (2006) calcularam a diferença de taxas que pode existir entre uma operação de crédito pessoal e uma de crédito consignado, ambas para um mesmo devedor nas mesmas condições de prazo e valor. O resultado obtido na amostra estudada foi de que a taxa de juros ao ano de um empréstimo consignado pode ser até 13 pontos percentuais menor que a de um crédito pessoal. Sendo a diferença média das taxas de juros anuais das modalidades de aproximadamente 25 pontos, infere-se que metade dessa diferença deve-se, então, à diminuição do risco de default (sendo a outra parte explicada por diferenças nos valores, prazos e perfis dos tomadores). No gráfico 7 abaixo, pode-se visualizar a diferença entre o patamar das taxas de juros de crédito pessoal e de crédito consignado.

Gráfico 7 – Taxas de Juros Médias Anuais de Operações Pré-fixadas: Crédito Pessoal, Crédito Consignado e Total Pessoa Física (Crédito com Recursos Livres) – 2001 – 2011

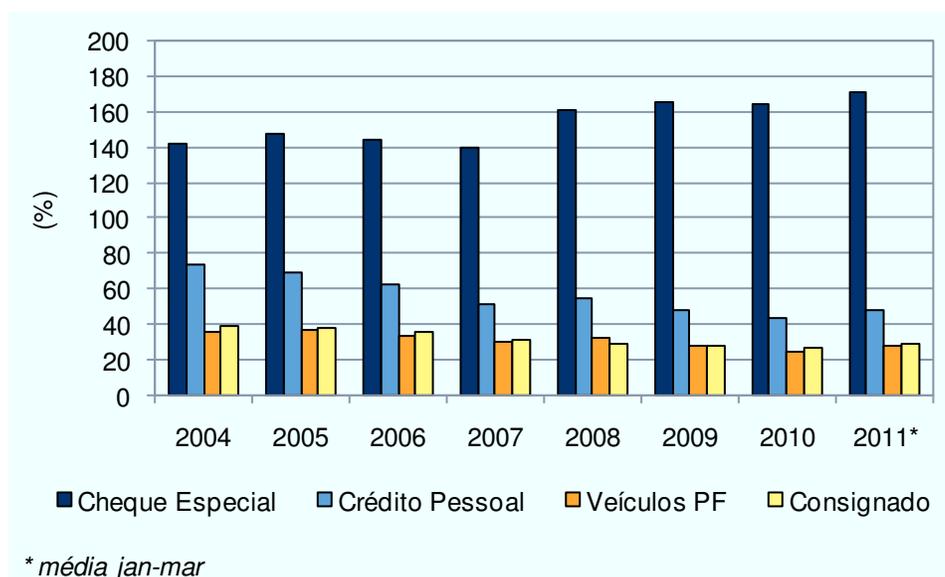


Fonte: Banco Central do Brasil

Outra questão que deve ser discutida com maior detalhe acerca do componente inadimplência no spread é a concessão de garantias. Conforme já exposto, um empréstimo fornecido a um tomador que fornece ao banco algum tipo de garantia ou colateral engendra menor risco de crédito e, portanto, poderia ser acompanhado de taxas de juros mais brandas. Conforme frisado pela FEBRABAN (2009), as operações de crédito para aquisição de veículos e consignado apresentam taxas de juros consideravelmente mais baixas que as taxas para crédito pessoal e cheque especial. Enquanto o crédito para aquisição de veículos apresenta como garantia o próprio bem financiado e o crédito consignado garante o desconto automático em folha de pagamento (assim, minimizando em muito o risco de inadimplência através de um acordo institucional e previsto em lei), para o crédito pessoal e o cheque especial não se exige nenhum tipo explícito de colateral. No entanto, faz-se mister analisar mais criticamente esses tipos de operação. O cheque especial, que junto com as operações de cartão de crédito apresenta as maiores taxas juros de todas as operações de empréstimos das instituições bancárias, somente é fornecido a clientes que possuem conta corrente no banco e seu limite, que geralmente é bastante modesto no início, somente é aumentado ao longo do tempo, à medida que o banco verifica o

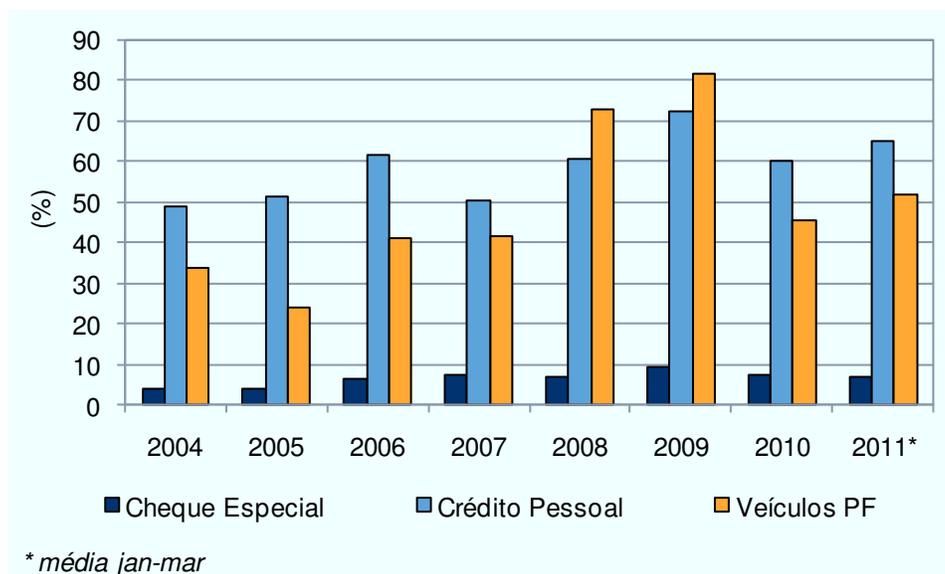
perfil do cliente, como renda, características dos gastos e adimplência. Assim, é questionável a necessidade da manutenção das taxas altíssimas e até ascendentes nos últimos anos. Corroborando essa constatação, ao se analisarem os dados da inadimplência nas operações em questão, verifica-se que a relação dos atrasos maiores de noventa dias sobre o total de crédito concedido, para cada tipo de operação, é muito menor no cheque especial que no crédito pessoal que, por sua vez, também não está tão acima daquela relativa à aquisição de veículos, tendo até sido ultrapassada por ela nas médias de 2008 e 2009. Os gráficos 8 e 9 abaixo demonstram esses dados. Assim, além de se constatar as taxas muito elevadas das operações de cheque especial, os dados mostram que, como comentam Oliveira e Carvalho (2007, p.383), “a existência de colaterais líquidos e com mercados secundários organizados faz com que [...] o diferencial cobrado entre as taxas de aplicação e captação de recursos da modalidade aquisição de veículos seja bastante inferior à observada da modalidade crédito pessoal”.

Gráfico 8 – Brasil: Taxas médias de juros ao ano para as modalidades de crédito Cheque Especial, Crédito Pessoal, Aquisição de Veículos e Crédito Consignado – 2004-2011



Fonte: Banco Central

Gráfico 9 – Brasil: Percentual dos atrasos acima de 90 dias sobre as concessões totais por categoria – Média Mensal – Cheque Especial, Crédito Pessoal e Aquisição de Veículos - 2004-2011



Fonte: Banco Central

O fato de o banco não saber exatamente quanto do limite do cheque especial o cliente utilizará a cada dia, ou mês, poderia ser entendido como um fator que influencia a liquidez e o risco do banco nessas operações. Entretanto, não se pode desconsiderar que é o próprio banco que estabelece os limites do cheque especial – o que limita essa linha de argumentação. Uma possível explicação para as altas taxas das operações de cheque especial é o exercício do poder de mercado dos bancos, “na forma de extração de rendas informacionais devido a altos custos de transferência” (Nakane, 2003, p.10). Este assunto será abordado mais profundamente na seção 5.

Outro ponto a ser abordado a respeito da inadimplência é que também existem questões internas dos bancos em suas operações de crédito que possuem impactos no risco de inadimplência. A política de crédito dos bancos, a seleção de seus clientes, assim como a seleção de garantias, afetam a probabilidade de inadimplência de um tomador de empréstimos (Afonso, 2009).

A partir dessa constatação, pode-se propor uma nova frente de atuação para a redução desse risco, além das ações tradicionalmente defendidas de melhorias no ambiente institucional

do país. Poder-se-ia, por exemplo, estimular os bancos a mensurar melhor o risco de cada cliente, ou classe de cliente, concedendo benefícios fiscais ou permitindo maiores graus de alavancagem para os bancos que estimem corretamente a probabilidade de inadimplência de sua carteira de crédito. (Afonso, 2009)

2.2.3 Compulsório

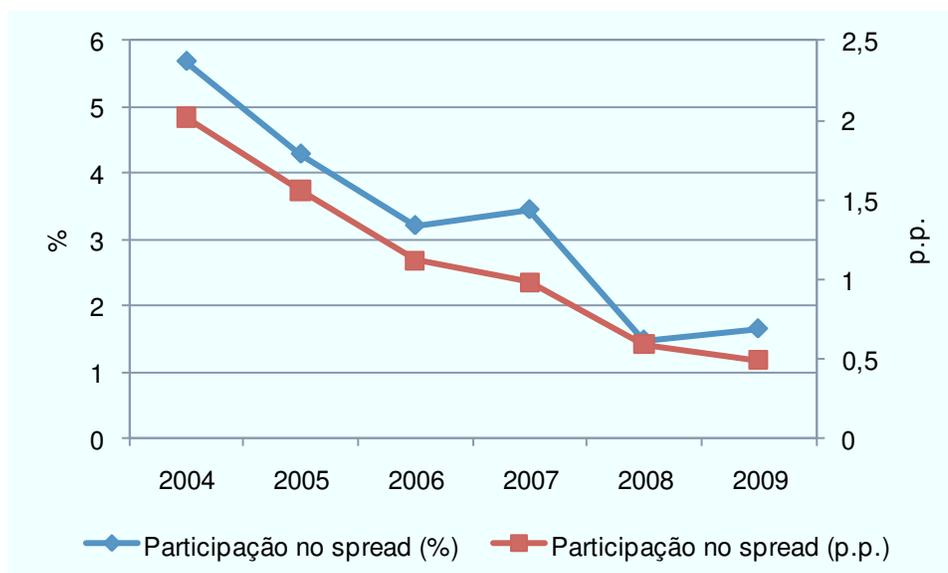
Os depósitos compulsórios têm historicamente desempenhado papel importante no que diz respeito à estabilidade do sistema financeiro nacional. Por restringirem a disponibilidade imediata de recursos líquidos dos bancos, são muitas vezes utilizados pelo governo como uma ferramenta para regular ou restringir a oferta de crédito pelas instituições financeiras. O governo fez uso de tal recurso, por exemplo, quando da introdução do Plano Real, em 1994, na crise asiática em 1997 e na crise pré-eleição presidencial em 2002. Mais recentemente, têm sido também usados como instrumento de políticas macroprudenciais, como quando da crise de 2008, em que os compulsórios foram relaxados para estimular a oferta de crédito e reduzir os problemas de liquidez e, há poucos meses, com o combate à inflação no governo Dilma Rousseff, com a elevação das exigências de encaixes.

A FEBRABAN (2010) alega que o Brasil apresenta os mais elevados depósitos compulsórios do mundo. De fato, os encaixes sobre depósitos à vista, que em 2010 eram de 20% mais adicional de 8%, foram elevados em dezembro desse mesmo ano, com aumento do adicional para 12%, como forma de medida macroprudencial. Segundo a Federação, o segundo maior compulsório do mundo é da Argentina, que em 2010 somava 19%, seguida pelos Estados Unidos, com 10%. Outra questão ressaltada pela FEBRABAN é que no Brasil também há depósitos compulsórios sobre depósitos a prazo. O percentual desse tipo de captação de recursos que deve ser destinado a encaixes é hoje de 20%, após recente elevação da alíquota, que antes era de 15%.

Não obstante, apesar de o compulsório apresentar valores expressivos no país, sua participação na composição do spread - pouco expressiva, conforme discutido acima -, não permite atribuir a essa variável poder explicativo relevante para os níveis da margem de juros das

instituições bancárias. Desde 2004 não ultrapassa 4% do total do spread e em 2009 era responsável por menos de 0,5 p.p. dessa variável, como se pode verificar no gráfico 10 abaixo.

Gráfico 10 – Brasil: Participação dos depósitos compulsórios mais subsídios cruzados⁶, em percentagem e em pontos percentuais, do total do spread – 2004-2011



Fonte: Banco Central (2009)

Oreiro et al. (2006), em sua análise de regressão observam, no que diz respeito ao compulsório, impacto de sinal positivo sobre a variável, uma vez que sua elevação afeta a magnitude do multiplicador bancário, reduzindo a capacidade do banco de ampliar a Base Monetária (via concessão de empréstimos a juros).

⁶ Os subsídios cruzados aqui considerados dizem respeito à inadimplência e a custos administrativos do crédito rural e imobiliário.

2.2.4 Tributos, Taxas e Impostos

Os tributos considerados neste componente são: o Programa de Contribuição Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), sendo que o PIS, a COFINS e o IOF incidem sobre as movimentações financeiras onerando a captação dos bancos, enquanto a CSLL é um adicional ao IR, imposto direto sobre o lucro do banco, seja ele proveniente de operações de crédito ou não. Oliveira e Carvalho (2007) ponderam que a inclusão, no cálculo do spread realizado pelo BACEN, da tributação direta (IR e CSLL), além da indireta, pode ser questionada, “vez que ao contrário dos tributos indiretos, que oneram cada operação financeira e não são restituíveis, os tributos diretos incidem sobre os rendimentos de todas as operações dos bancos e dos depositantes e não são específicos da atividade financeira” (Oliveira e Carvalho, 2007, p. 389). Ademais, salientam que o impacto do IR e da CLSS nos spreads dependeu do cálculo dos gastos com inadimplência e administrativos, já que elas alteram a base de cálculo dos tributos.

Coelho (2009) discute que a redução do IOF em dezembro de 2008, que retornou para 1,5%, aparentemente não provocou uma redução do spread, que, na ocasião, apresentou queda de apenas 1,4%; enquanto um aumento anterior desse imposto, de 1,5% para 3,0% (mais adicional de 0,38%), em janeiro de 2008, havia gerado rápida resposta no aumento da variável, que subiu 15,1% em relação ao mês anterior (dezembro de 2007). Tal fato sugeriria uma elasticidade maior do spread para cima (elevação de impostos) e uma certa rigidez para baixo (no caso de redução de tributação).

Em BCB (2009), em seção na qual foram arroladas medidas que visariam a possibilitar uma redução do spread, no que tange à questão da tributação, as proposições sugerem que os tributos incidentes sobre o crédito (IOF) e a intermediação financeira (PIS e COFINS) tendem a ser repassados ao tomador do empréstimo e, na maioria dos países, são evitados (dada a importância do crédito na economia).

Fabris (2010), em seus ensaios sobre os juros, realizou uma regressão para determinar quais variáveis influenciam ou não o spread. Em suas conclusões, a despesa tributária não apresentou efeito significativo positivo nem negativo sobre o spread. Bignotto et al. (2006) realizaram uma estimação estatística e concluíram que os bancos não parecem repassar suas

despesas tributárias ao spread. Por sua vez, no estudo estatístico realizado por Koyama e Nakane (2002) os resultados referentes à tributação indireta (Pis, Cofins, IOF e CPMF, na época) foram positivos e significativos. Na regressão realizada por Oreiro et al. (2006), mostra-se que, como esperado, o spread tende a aumentar com uma elevação dos impostos.

Assim sendo, pode-se concluir que há uma probabilidade de que mudanças na carga de tributação indireta influenciem significativamente a magnitude do spread, embora não se possa afirmar com elevado grau de segurança acerca dessa relação, dados os resultados dos estudos aqui considerados. Como visto, dois dos quatro estudos aqui abordados apontam para uma relação positiva e significativa entre os impostos indiretos e os spreads, enquanto outros dois não apresentam relação significativa. Entretanto, a probabilidade de que a relação seja válida aumenta quando consideramos a análise qualitativa das variáveis, já descrita anteriormente nesta subseção.

2.2.5 Resíduo

O componente aqui denominado Resíduo Líquido é, em geral, considerado como uma medida imperfeita da margem ou lucro do banco. Essa rubrica incorpora os erros e omissões da estimação do spread, como, por exemplo, os subsídios cruzados da aplicação compulsória de recursos em crédito rural e habitacional, que poderiam levar os bancos a buscar rendimentos maiores nas operações com recursos livres para compensar as imposições dos recursos direcionados (Afonso, 2009).

Assim, do total cobrado como juros em uma operação de empréstimo, após deduzirem-se os custos do compulsório, as despesas administrativas, tributos, inadimplência e custos de captação, além do FGC (Fundo Garantidor de Crédito), tem-se a parcela dos juros responsável pela remuneração da instituição bancária. Entretanto, essa remuneração diz respeito somente às operações com recursos livres e, por esse motivo, o resíduo indica, com certo grau de imperfeição, a parcela de lucro dos bancos nas operações de empréstimo da carteira livre, e não necessariamente o retorno geral do banco, que engloba o retorno das demais unidades de negócio (Costa e Nakane, 2004).

Afonso et al. (2009, p.14) defendem que

[...] a margem representa, grosso modo, a soma de três fatores: lucro competitivo, ou seja, a remuneração que os bancos teriam caso atuassem em regime de concorrência perfeita; a renda econômica, decorrente do poder de mercado da instituição; e um prêmio pelo risco incorrido, tanto pelo descasamento de prazos entre ativos e passivos (usualmente os empréstimos de um banco tem prazo maior do que os depósitos) como pela probabilidade de não receber de volta o montante emprestado.

Em outras palavras, a margem à qual o banco remunera suas operações de crédito engloba, além da remuneração em cenário de concorrência perfeita (e, portanto, com lucro tendendo a zero, desconsiderando as inovações), uma remuneração por seu poder de mercado e pelos riscos de crédito⁷, de reinvestimento e de refinanciamento⁸.

O resíduo é um dos itens de maior peso na composição do spread. Independente da metodologia utilizada para estabelecer a participação de cada componente no total do spread, o resíduo sempre aparece ao menos em terceiro lugar na composição. Embora, como já mencionado, o resíduo represente uma medida imperfeita da margem de lucro das operações de crédito com recursos livres dos bancos, uma vez que inclui também os erros de estimação e os subsídios cruzados, os trabalhos analisados no presente estudo mantêm o resíduo como a variável representativa da margem. Assim, mantém-se também, neste trabalho, o resíduo como representativo da margem. Além disso, o fato de o resíduo conter subsídios cruzados pode poluir em certo grau a representação de lucratividade em operações de crédito com recursos livres, mas não deixa de ser uma expressão do poder de mercado das instituições bancárias.

⁷ A remuneração referente ao risco de crédito aqui mencionada poderia tanto ter relação com aquela descrita no componente Inadimplência, discutido na seção 2, quanto poderia englobar outros riscos, relativos a custos como o de reestruturação do crédito, por exemplo.

⁸ Os riscos de reinvestimento e de refinanciamento são riscos de taxas de juros que as instituições financeiras enfrentam em suas atividades. Esses riscos estão mais detalhadamente explicados na seção três, na subseção que trata sobre a volatilidade da taxa básica de juros.

3 - Determinantes Macroeconômicos

Diversos autores que pesquisam os spreads bancários no Brasil já apontaram para a importância de fatores macroeconômicos na determinação da magnitude da variável. De fato, é bastante cabível considerar que variáveis como a taxa básica de juros e sua volatilidade e o nível de atividade e produto da economia tenham influência na determinação do spread, uma vez que têm relação direta, ou indireta, com fatores ligados a práticas ou a outras variáveis componentes do spread.

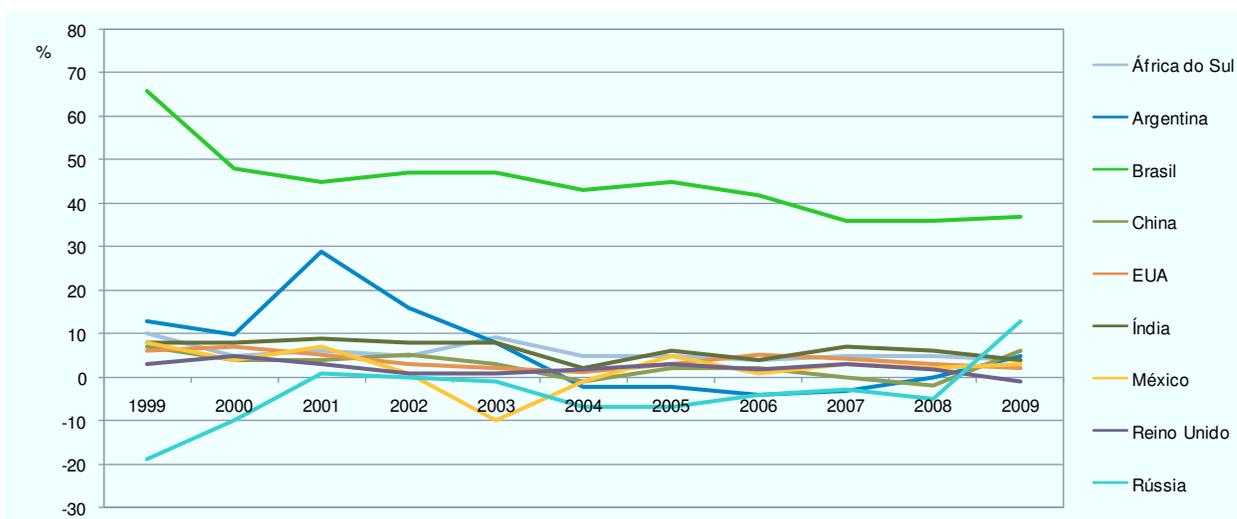
Afanasieff et al. (2002), de fato, ao realizarem estudo econométrico para verificar a influência de variáveis macro e microeconômicas sobre o spread no Brasil, chegam à conclusão geral de que os fatores microeconômicos parecem não ter grande importância no spread, em contraposição aos macroeconômicos. Assim sendo, seus resultados sugerem que a taxa básica de juros, a inflação e o nível de produção influenciam mais a magnitude do spread que fatores como número de funcionários, custos operacionais e liquidez da instituição. A seguir, procede-se com uma descrição mais detalhada sobre as variáveis macroeconômicas abordadas em diversos outros estudos.

3.1 A Taxa Básica de Juros

A Taxa Básica de Juros no Brasil (SELIC) representa o retorno médio dos títulos públicos. Sendo decidida pelo Banco Central, é utilizada pelo governo para rolar sua dívida mobiliária (Bresser-Pereira, 2005) e representa um importante meio para o Banco Central em seus intentos de influenciar o nível de preços e a atividade da economia (Mendonça, 2001). A taxa básica de juros é tida como a taxa de remuneração relativa ao risco zero do sistema doméstico (Carneiro, 2007).

A taxa básica de juros no Brasil é uma das mais elevadas do globo, tanto em comparação com as taxas praticadas em economias centrais, quanto com as praticadas em economias periféricas, como se pode visualizar no gráfico 11 abaixo.

Gráfico 11 – Taxas de Juros Reais em Diversos Países – 1999-2009



Fonte: Banco Mundial

Oliveira e Carvalho (2007) fazem menção à importância da taxa básica de juros, tanto como influência ao nível de inadimplência dos empréstimos, quanto como custo de oportunidade na aplicação dos bancos. Da mesma maneira que um investidor potencial escolhe entre ativos, que podem, em teoria, ser um investimento produtivo ou um título que renda juros, as instituições financeiras também gerem seus ativos de acordo com os riscos e a rentabilidade. Assim, em determinado cenário pode ser considerado mais vantajoso, para um gestor de uma instituição financeira, aplicar em títulos públicos, que apresentam baixo risco e no Brasil rendem taxas expressivamente altas, a conceder um empréstimo, que rende juros mais altos mas apresenta riscos muito mais elevados. Dentro do referencial de gestão de risco de crédito, os juros básicos podem ser suficientes para gerar uma rentabilidade satisfatória em determinadas operações. Não se deve deixar de mencionar que a taxa básica de juros, além de representar um custo de oportunidade, também tem influência sobre custos efetivos dos bancos, na medida em que se relaciona com custos de captação – por exemplo, no mercado interbancário, em que as taxas praticadas têm relação estreita com a SELIC. Em estudo econométrico realizado por Oreiro et al. (2007), mostrou-se que o efeito de um choque no crescimento da taxa média de juros sobre o crescimento do spread foi positivo e o de maior impacto (dentre as outras variáveis consideradas no estudo). Segundo os autores,

Este resultado confirma a hipótese de preferência pela liquidez dos bancos [...], segundo a qual os bancos no Brasil – em face da existência de uma aplicação livre de risco que combina liquidez e rentabilidade, como no caso de títulos públicos indexados – passam a incorporar um elevado prêmio de liquidez nas operações de concessão de empréstimos. (Oreiro et al., 2007, p.16).

Já a questão da influência dos juros na inadimplência se dá pelo mecanismo trivial de que um aumento dos custos de um empréstimo, implicando aumento no valor de prestações a serem pagas por um agente, pode aumentar a probabilidade de esse agente não conseguir honrar seus compromissos.

Bignotto e Rodrigues (2006), ao realizarem estudo estatístico acerca da influência que cada componente do spread tem sobre seu valor, bem como das variáveis macroeconômicas taxa básica de juros e inflação, também chegaram à conclusão de que o nível da SELIC influencia o spread. Em seus estudos, a variável representativa da SELIC apresentou coeficiente positivo e significativo, indicando a influência. Como já mencionado, Afanasieff et al. (2002) chegaram a resultado similar, bem como Koyama e Nakane (2002). Afonso et al. (2009), ao discorrerem sobre o assunto, chegam a conclusões bastante similares às apresentadas nos demais estudos aqui mencionados.

Para corroborar a análise da correlação potencialmente existente entre a taxa básica de juros e o spread, calculou-se no presente trabalho o coeficiente de correlação de Pearson, utilizando dados mensais de janeiro de 2001 a março de 2011 do spread e da taxa SELIC anualizada:

$$\rho = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2} \cdot \sqrt{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2}}$$

sendo

$$\bar{x} = \frac{1}{n} \cdot \sum_{i=1}^n x_i$$

e

$$\bar{y} = \frac{1}{n} \cdot \sum_{i=1}^n y_i$$

O coeficiente ρ de Pearson obtido, considerando-se a SELIC como a variável x e o spread como y , foi de 0,80, indicando uma correlação forte entre as duas variáveis. O cálculo desse coeficiente pressupõe que ambas as variáveis tenham distribuição de frequência normal. Mesmo que se abra mão dessa hipótese, ao se calcular o coeficiente de correlação para variáveis não-paramétricas, sem que haja a necessidade de que apresentem distribuição normal, também se obtém uma correlação forte. O coeficiente, neste último caso, é o de Spearman, que, após os cálculos realizados segundo a fórmula que segue, resultou em 0,77:

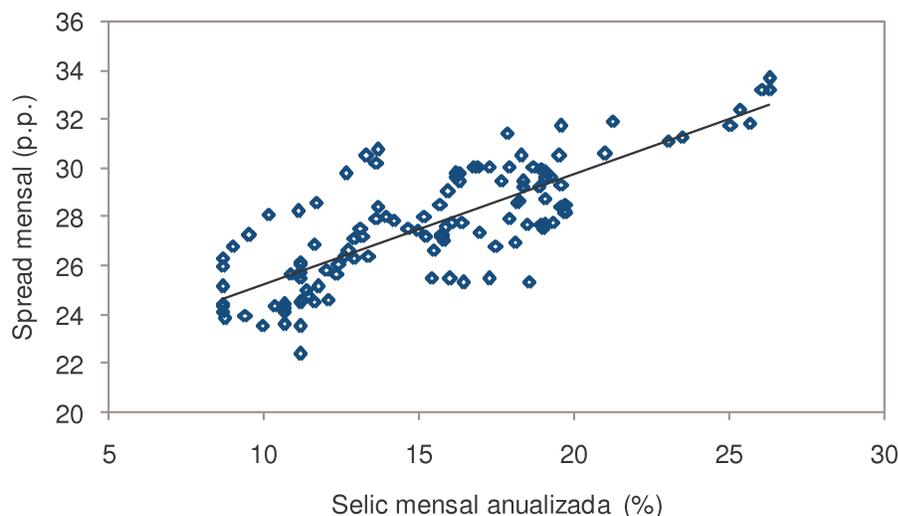
$$\rho = 1 - \frac{6 \sum d_i^2}{n(n^2 - 1)}$$

em que d_i é a diferença entre cada posto de valor correspondentes de x e y e n é o número dos pares dos valores⁹.

No gráfico 12 abaixo, verifica-se visualmente a correlação entre as duas variáveis.

⁹ Para maiores informações sobre o coeficiente de correlação de Spearman, vide Bussab & Morettin, 2003.

Gráfico 12 – Relação entre taxa básica de juros e spread bancário no Brasil (Janeiro/2001 a Março/2011)



Fonte: Banco Central

3.2 A Volatilidade da Taxa Básica de Juros

A volatilidade da taxa de juros pode elevar o risco de taxa de juros enfrentado pelo banco, levando-o a aumentar sua margem para se prevenir de possíveis riscos de refinanciamento ou reinvestimento. Quando uma instituição financeira possui ativos de prazo mais longo que seus passivos (considerando-se também a questão da duration¹⁰), expõe-se ao risco de refinanciamento, que “é o risco de que o custo de renovação ou recontração de recursos seja

¹⁰ A duration representa o prazo médio ponderado, a valor presente, do tempo em que se espera receber os juros mais o principal de um empréstimo. Em outras palavras, pode-se entendê-la como o prazo médio ponderado em que um ou mais fluxos do empréstimo produzem uma única parcela equivalente a todo o fluxo. A fórmula da duration é a que segue, em que D é a duration, t é o tempo de ocorrência do fluxo, YTM é a taxa de juros do empréstimo e FC_t é o fluxo de caixa no tempo t:

$$D = \frac{\sum_{t=1}^n \frac{FC_t}{(1 + YTM)^t} \times t}{\sum_{t=1}^n \frac{FC_t}{(1 + YTM)^t}}$$

Duration de Macaulay

superior à taxa de retorno de investimento em ativos” (Saunders, 2007, p.100). Quando a situação é a de ativos de mais curto prazo que os passivos (incluindo a duration), há incerteza quanto à taxa à qual a instituição poderia reaplicar fundos captados por um prazo mais longo. Esse é o risco de reinvestimento.

Oreiro et al. (2006, p.614), ao comentarem a abordagem de Ho e Saunders¹¹ acerca do spread, consideram que “Um aspecto importante da abordagem Ho e Saunders é que ela abre um espaço para a influência de variáveis macroeconômicas na determinação do spread bancário”. Seguindo essa abordagem, defende-se que quanto maior a instabilidade da economia de um país (por exemplo, com grande variabilidade das taxas de inflação e de câmbio), maior será a volatilidade da taxa básica de juros e, assim, maior o spread. Além disso, uma volatilidade dos juros básicos elevada deve resultar, em alguma medida, em alta variabilidade do nível de produção real. Assim, terão também grande variabilidade os lucros das empresas e, por conseguinte, haverá uma elevação do risco de crédito, uma vez que a probabilidade de inadimplência aumenta quando os lucros estiverem abaixo do esperado.

Dos estudos pesquisados no presente trabalho, um deles apresentou resultados diversos para a volatilidade da taxa básica de juros. Na regressão realizada por Afanasieff et al. (2002), a variável referente a essa volatilidade afetou negativamente o spread.

3.3 O Nível de Atividade e Produto

A análise a respeito da influência do nível de atividade da economia sobre o spread bancário pode pressupor duas hipóteses distintas. Por um lado, é possível esperar que uma economia mais aquecida ocasione uma maior demanda por crédito e uma conseqüente elevação das taxas de juros dos empréstimos, em um movimento das instituições financeiras que aproveitariam a maior demanda para cobrar mais. De fato, se os bancos têm poder de mercado e liberdade para tal, e isso estiver de acordo com seu planejamento estratégico, podem fazê-lo. Por outro lado, no entanto, um crescimento econômico mais pujante pode levar a uma estabilidade

¹¹ HO, T. S. Y.; SAUNDERS, A. The determinants of bank interest margins: theory and empirical evidence. *Journal of Financial and Quantitative Analysis*, v. 16, p. 581-600, 1981 apud Oreiro et al. (2006).

macroeconômica maior (e, em alguns casos, a maior grau de competitividade no mercado), possibilitando uma redução das taxas de juros na ponta. Além disso, um maior ritmo da atividade econômica pode reduzir os níveis de inadimplência e aumentar a escala das operações de empréstimo, reduzindo os custos do fornecimento de crédito (Afanasieff, 2002) e (Souza, 2006).

Nas regressões de Afanasieff et al. (2002), os resultados obtidos para a variável referente ao crescimento econômico indicam que ele tende a reduzir o spread. Já nos modelos elaborados por Oreiro et al. (2006), os resultados apontam para um efeito positivo do produto industrial sobre o spread, embora esse efeito seja menos expressivo que os relativos à taxa básica de juros e sua volatilidade. Ainda assim, estimam que 22% da variação do spread sejam ocasionadas pela produção física.

3.4 A Inflação

Nos estudos de Afanasieff et al. (2002), os resultados indicam que uma elevação da inflação, nesse trabalho medida pelo IGP-DI, da FGV (Fundação Getúlio Vargas), tende a afetar positivamente o valor do spread. Os cálculos de Koyama e Nakane (2002), que também utilizam o IGP-DI, confirmam sua hipótese, de que a inflação pode surtir efeito positivo sobre o spread, por representar tanto uma medida do risco macroeconômico, quanto uma evolução média dos preços dos ativos alternativos ao crédito. No modelo de Oreiro et al (2006), que utiliza o IPCA do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), os resultados não apontam para uma influência significativa da inflação sobre a variável.

3.5 Resumo dos Resultados para Variáveis Macroeconômicas

Tabela 3 – Percentagem dos Resultados dos Trabalhos Estudados – Influência Positiva ou Negativa das Variáveis Macroeconômicas sobre o Spread Bancário

Variável Macroeconômica	Influência sobre o <i>Spread</i>	
	Positiva	Negativa
Taxa Básica de Juros	100%	-
Volatilidade da Taxa Básica	50%	50%
Nível de Produto	50%	50%
Inflação	67%	-

Fonte: Elaboração própria, com base na literatura citada.

Analisando os resultados obtidos nos diversos estudos utilizados neste trabalho, combinados com a análise per se de cada variável macroeconômica, é possível delinear quais delas surtem maior efeito sobre o movimento e a magnitude do spread bancário.

Conforme se pode visualizar na tabela 3 acima, corroborando as conclusões lógicas tiradas a priori dos modelos estatísticos, o resultado do estudo sobre a influência da taxa básica de juros da economia sobre o spread foi positivo e significativo nos seis textos que tratam do assunto, quais sejam, Oliveira e Carvalho (2007)¹², Oreiro et al. (2007), Bignotto e Rodrigues (2006), Afanasieff et al. (2002), Koyama e Nakane (2002) e Afonso et al. (2009).

Quanto à volatilidade da taxa básica de juros, os resultados obtidos por Oreiro et al. (2006) indicam uma influência positiva sobre o spread. Por outro lado, Afanasieff et al. (2002) apontam para uma influência significativa mas negativa. Apesar de, em um primeiro momento, esses resultados poderem parecer inconclusivos, a análise qualitativa dessa variável macroeconômica sugere que a probabilidade de que sua influência sobre o spread seja positiva é maior que a de que seja negativa. Uma oscilação mais expressiva e constante da taxa básica, como já discutido na subseção relativa, pode elevar o risco de taxa de juros incorrido pelos bancos, além de poder afetar o nível de produção real, ocasionando possíveis flutuações nos lucros das empresas e elevando o risco de inadimplência.

¹² Dos trabalhos mencionados neste parágrafo, aquele realizado por Oliveira e Carvalho (2007) é o único que não realiza estudo econométrico, utilizando-se de outro tipo de argumentação para demonstrar sua tese.

No que concerne ao nível de atividade e produto da economia, Oreiro et al. (2006) obtêm um resultado que indica uma influência positiva sobre o spread. Em contraposição, os resultados de Afanasieff et al. (2002) apontam para uma influência negativa. Assim, não é possível afirmar ou supor qual o sentido do real efeito que a variável exerce sobre o spread, uma vez que sua análise qualitativa também não se mostra conclusiva quanto a essa questão.

Por fim, no que diz respeito à inflação, os estudos de Afanasieff et al. (2002) e Koyama e Nakane (2002) apresentam, ambos, uma influência significativa e positiva dos preços sobre o spread. O trabalho de Oreiro et al. (2006) não apresenta relação estatisticamente significativa entre as variáveis. Dessa maneira, é provável que a inflação, como um indicador do risco macroeconômico e da evolução média dos preços de ativos alternativos à carteira de empréstimos, deva elevar o spread.

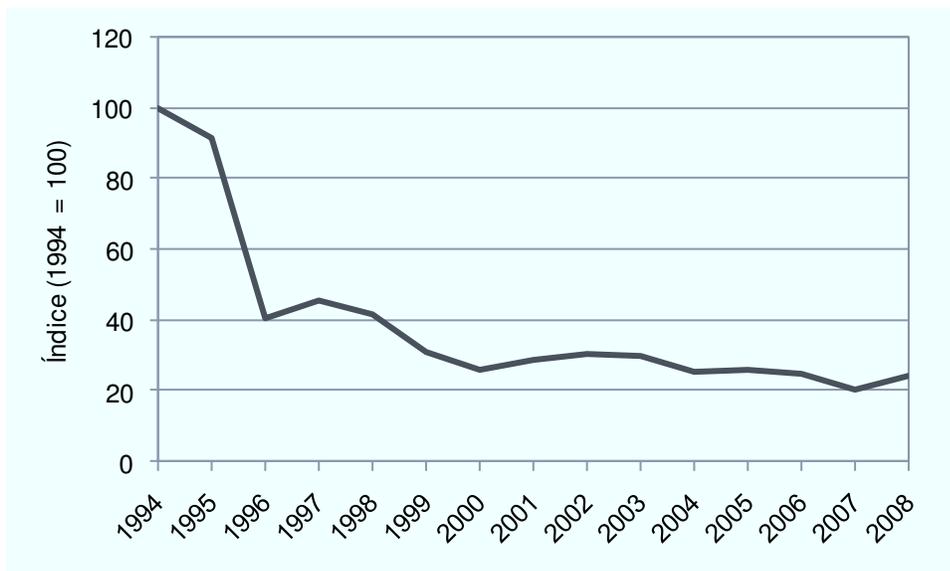
Apesar de os estudos considerados não apresentarem divergências de metodologia ou estimação que invalidem sua comparação, cabe elencar algumas características comuns ou diferentes entre eles. Em primeiro lugar, todos eles utilizam o spread ex-ante, obtendo os dados fornecidos pelo Banco Central das taxas de juros do segmento livre pré-fixado. Além disso, todos eles utilizam dados para o período pós-Plano Real. Quanto à metodologia do estudo econométrico, existe uma considerável diferença entre os estudos, que pode influenciar em seus resultados, conforme ressalta Souza (2006). Oreiro et al. (2005) e Koyama e Nakane (2002) utilizam regressão em painel e modelos autorregressivos, mas este usa VAR enquanto aquele ARFIMA. Já Afanasieff et al. (2002) utiliza regressão em dois estágios em MQO e Bignotto e Rodrigues (2006) regressão em um estágio GMM.

4 - Evolução Recente

Quando se comparam os spreads bancários no Brasil com os de outras economias do globo, verifica-se que as taxas brasileiras são bastante altas, como já visto. Conforme aponta Afonso (2009), as séries sobre spreads bancários no Brasil no período pré-1994 não podem ser consideradas confiáveis, dada a instabilidade macroeconômica existente no país até então. Com a estabilização dos preços a partir do Plano Real e o fim da receita inflacionária obtida pelos bancos, observam-se níveis muito elevados de spreads logo após a introdução do Plano. Uma explicação para tal seriam as restrições ao crédito impostas como medida de estabilização de preços sob forma, por exemplo, de elevação dos depósitos compulsórios. Além disso, os juros básicos também se encontravam em patamar muito elevado, visando ao controle de preços e à atração de capital estrangeiro. (Oliveira, 2007)

A taxa de juros básica sofreu reduções até 1998, período em que também ocorreu redução das exigências de depósitos compulsórios e as expectativas quanto ao retorno das altas taxas de inflação declinaram. Observa-se, entre os anos de 1994 a 1999, uma queda do spread bastante acentuada. De 1999 a 2001, a variável continuou em queda, porém menos drástica. Desde então, o spread tem apresentado uma trajetória menos volátil que no período 1994-2001, embora seu patamar, apesar da queda verificada nos primeiros seis a oito anos do Plano Real, ainda se apresente bastante alto. Verifica-se, no gráfico 13, o movimento do spread bancário de 1994 a 2008.

Gráfico 13 – Brasil: Trajetória do spread bancário geral das operações com recursos livres – 1994 - 2008 (Índice 1994 = 100)



Fonte: Banco Central

Gráfico 14– Brasil: Spread geral de operações com recursos livres – 2001-2011



Fonte: Banco Central

Analisando o gráfico 14 acima, que mostra a evolução recente do spread, observa-se uma subida ao longo de 2008, logo antes da eclosão da crise financeira global, em setembro daquele ano. Tal aumento pode ser explicado pelo aquecimento da economia e da demanda por crédito. A partir de setembro, a elevação ainda maior no spread se deve à crise internacional, que levou tanto a uma redução na oferta de crédito, que caiu mais rapidamente que a demanda, quanto a um aumento da inadimplência (prevista e observada).

Já em 2009 o spread voltou a cair, embora ainda se mantenha em patamar superior àquele anterior à crise. Essa queda pode ser entendida como um efeito da queda da taxa básica de juros, que passou de 13,75% a.a. em setembro de 2008 para 12,75% em janeiro de 2009, sofrendo sucessivas reduções a cada reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) até atingir 8,75% a.a. em julho de 2009. Pode ser resultado, também, da melhora nas expectativas para a economia para a segunda metade do ano (Afonso, 2009).

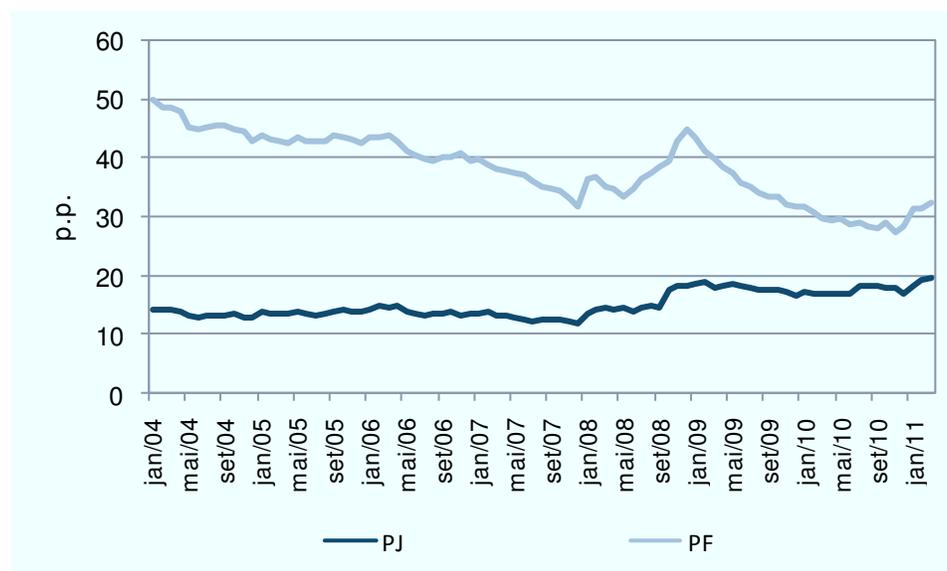
No que diz respeito ao comportamento dos spreads em relação ao tipo de tomador, durante a crise, verifica-se uma considerável diferença entre pessoas físicas e pessoas jurídicas. Os spreads de operações de empréstimos à pessoa física, embora tenham subido, já decresceram até patamar próximo àquele anterior à crise, mais precisamente no início de 2007. Os spreads nas operações de crédito à pessoa jurídica, por sua vez, se elevaram com a crise e continuam bastante altos, não tendo sido observado nenhum recuo desde os momentos mais críticos da crise. Os juros médios em janeiro foram de 26,47 % a.a. e os spreads, 17,44 p.p., ou seja, 65,9% dos juros cobrados às empresas eram spread, conforme observa Coelho (2010).

A situação é ainda mais intrigante quando se considera que, ao longo dos últimos anos, vem-se observando aumentos da participação das empresas de maior porte no crédito doméstico, que apresentam menor risco de inadimplência. Uma das possíveis explicações para a manutenção das taxas à pessoa jurídica em nível tão elevado é o fato de a demanda por crédito ter declinado mais rapidamente e mais expressivamente no segmento de pessoas físicas que de pessoas jurídicas. Este fenômeno pode ser entendido a partir da constatação de que as famílias, em geral, têm maior flexibilidade para optar ou não pelo endividamento, como na compra de um bem de maior valor, nem sempre imprescindível para seu sustento. As empresas, por sua vez, frequentemente estão estruturadas de maneira tal que dependem de empréstimos bancários para financiar suas operações, e mudanças nas decisões concernentes à alavancagem financeira nas

empresas muitas vezes estão atreladas a decisões estratégicas de negócios ou mesmo são impraticáveis no curto prazo (Afonso, 2009).

Deve-se também comentar que a elevação dos spreads à pessoa jurídica aumentou mais acentuadamente no final de 2008, em relação à alta do spread à pessoa física. Um fator que pode ter tido influência direta nesse aumento foi a então a escassez de funding externo. Com a crise, o fluxo de recursos no mercado de capitais diminuiu consideravelmente em 2008 e o saldo líquido dos investimentos estrangeiros em portfólio também apresentou forte queda, em razão da maior saída de divisas. O movimento dos spreads para pessoa física e jurídica nos últimos anos pode ser verificado no gráfico 15 abaixo.

Gráfico 15 – Brasil: Spread médio mensal das operações de crédito com recursos livres referenciais para taxa de juros para Pessoa Física (pré-fixado) e Pessoa Jurídica (pré-fixado, pós-fixado e flutuante) – 2004 - 2011



Fonte: Banco Central

No que diz respeito às concessões de crédito com recursos livres¹³, embora elas tenham voltado a crescer já em 2009, há diferenças em relação ao pré-crise. Primeiramente, as

¹³ As operações de crédito com recursos livres são aquelas em que o custo financeiro é livremente pactuado entre os bancos e os tomadores de empréstimo. Nos estudos do Banco Central, o cálculo dos spreads é realizado sobre essas operações, deixando de lado aquelas com recursos direcionados, como os repasses do BNDES, o crédito rural e o

concessões em termos reais de janeiro de 2010 estavam ainda abaixo daquelas em janeiro de 2007. Além disso, o crédito total, que em novembro de 2009 representou 45,2% do PIB, caiu nos dois meses subsequentes, alcançando 44,6% do PIB em janeiro de 2010 (Coelho, 2010).

5 - Poder de Mercado, Poder Econômico e Spread Bancário

Após as diversas exposições acerca da magnitude do spread bancário no Brasil, do poder explicativo de cada um de seus componentes, da influência que as variáveis macro e microeconômicas podem ter sobre o spread, cabe levantar algumas questões quanto ao componente que diz respeito à margem de ganho das instituições bancárias, em algumas decomposições denominada resíduo.

Na subseção dedicada ao resíduo, descreve-se que a margem do banco representa a soma de três fatores, dentre os quais encontra-se aquilo que alguns autores chamam de renda econômica, decorrente do poder de mercado da instituição. Como já mencionado, a componente do resíduo é muito expressiva na composição do spread e o fator poder de mercado poderia explicar pelo menos parcialmente o porquê da elevada margem dos bancos nas operações de crédito.

O aumento da concentração no setor bancário, que vem ocorrendo desde meados do século XX, conforme aponta Minella (1988), tem se intensificado no período recente. Nos últimos anos, observaram-se grandes fusões e aquisições no setor bancário brasileiro, como a incorporação do Unibanco pelo Itaú e a compra da Nossa Caixa pelo Banco do Brasil. De fato, conforme notam Oreiro et al. (2006), o market share¹⁴ dos quinze maiores bancos privados no ativo total do sistema bancário subiu de 29% em junho de 1988 para 47% em janeiro de 2003. Em junho de 2010, os cinco maiores bancos atuantes no Brasil em termos de ativo total (em ordem decrescente, Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Caixa Econômica Federal e Santander) representavam 77,4% do ativo total de todas as instituições bancárias do tipo banco comercial ou múltiplo ou caixa econômica com carteira comercial, como explicitado na tabela 4. Essa concentração sugere um maior poder de mercado dos bancos, que, como mencionam Oreiro et al. (2006), não veriam muita necessidade de aumentar sua eficiência operacional, uma vez que então poderiam financiar seus altos custos e/ou estabelecer taxas de juros em patamar bastante superior ao custo marginal de produção dos serviços bancários através dos altos spreads.

¹⁴ Considerou-se o market share dos bancos em relação à magnitude de seu ativo. O cálculo para a obtenção do market share também pode ser realizado através de fórmula relacionada à margem de intermediação do banco. Para maiores detalhes, cf. Oreiro (2006).

Tabela 4 – Percentagem do Ativo Total dos Cinco Maiores Bancos no Total do Ativo das Instituições do Tipo B-I (Instituições Bancárias do Tipo Banco Comercial ou Múltiplo ou Caixa Econômica com Carteira Comercial) – Junho/2010

Instituição	Ativo Total (R\$)	%
BB	729.976.934	21,7
ITAU	629.918.032	18,7
BRADESCO	495.622.252	14,7
SANTANDER	366.046.988	10,9
CEF	381.237.941	11,3
Total 5+ B-I	2.602.802.147	77,4
Total B-I	3.361.676.047	100

Fonte: Banco Central

Nakane (2001) realiza um estudo estatístico para avaliar a competição no sistema bancário brasileiro e seus resultados confirmam que os bancos brasileiros possuem certo poder de mercado, mais expressivo no longo que no curto prazo, como observa. Entretanto, os mesmos resultados indicam que, apesar de haver poder de mercado, os bancos não parecem trabalhar em conluio. Araujo et al. (2006) também realizam estudo econométrico para avaliar a competitividade e a concentração bancária no Brasil, e obtêm como resultado que o mercado bancário brasileiro vem se concentrando entre os dez maiores bancos em ativos e em depósitos. Além disso, seus resultados indicam que os bancos brasileiros operam em regime de concorrência monopolística e que a relação entre a concentração e a competição no sistema é negativa e significativa, o que quer dizer que, como esperado, maior concentração implica menor competição.

Fazendo alusão às Cinco Forças de Porter¹⁵, há algumas características importantes do mercado bancário que constituem situações em que se verifica, ou, ao menos, se sugere, a

¹⁵ Segundo Porter (1980), existem forças competitivas estruturais dentro de cada indústria que influenciam a rentabilidade que as empresas competidoras conseguem obter. Tais forças tendem a evoluir, e sua evolução também é importante para a formulação de estratégias. Além das forças em si, também compõe a estrutura quais as regras de comportamento dentro do jogo competitivo. De acordo com esse autor, existem cinco forças competitivas determinantes da rentabilidade, expandindo-a ou comprimindo-a, quais sejam, a ameaça de novas entradas, a intensidade da rivalidade entre concorrentes existentes, o poder de negociação dos fornecedores, o poder de negociação dos compradores e a ameaça dos produtos substitutos. Essas forças determinam a rentabilidade porque influenciam nos preços, nos custos e nos investimentos necessários em uma indústria. Para informações mais

existência de poder de mercado. Os custos de mudança, por exemplo, dificultam a migração, pelo cliente, de uma conta para outra ou de um banco para outro – processos que, além de custosos são, em geral, lentos. Além disso, conforme mencionado por Oreiro et al. (2006), em referência a Nakane (2003), modalidades de empréstimo ligadas a contas bancárias, como o cheque especial e a conta garantida, mantêm o cliente preso ao banco, devido à dificuldade de transferir a um banco concorrente seu histórico e reputação. Assim, os bancos podem aplicar taxas maiores para essas operações, exercendo seu poder de mercado.

A questão da complexidade informacional, discutida no parágrafo anterior, constitui uma assimetria, assim como o poder de barganha do cliente, que tende a ser menor quanto maior a concentração da indústria e quanto mais conglomerado for o mercado – apesar de esse poder aumentar em casos de criação e especialização dos bancos em nichos de mercado, como, por exemplo, o segmento de alta renda.

De fato, a rentabilidade do setor bancário é bastante alta. Gregório (2005) realiza um estudo comparando a rentabilidade do setor bancário com a dos demais setores da economia. Verifica-se que o setor bancário apresenta rentabilidade sobre o patrimônio líquido (ROE legal¹⁶) média maior que a dos demais setores não-financeiros privados da economia em sete dos oito anos estudados. Quando compara o ROE do setor bancário com o dos dez maiores setores não-financeiros, apenas a Mineração apresenta média para o período maior que o setor bancário. Pode-se verificar alguns dados na tabela 5 abaixo:

detalhadas, vide Porter (1980) PORTER, Michael (1980) Competitive Strategy. New York. The Free Press. [Tradução para o português: Estratégia Competitiva. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1986]

¹⁶ O ROE legal não desconta os efeitos da inflação.

Tabela 5 – Brasil: ROE Legal Médio dos Bancos Privados Atuantes no Brasil e dos Dez Maiores Setores da Economia – 1997 - 2004

Setor	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Bancos Privados	8,30	13,70	22,40	13,30	16,40	20,10	13,60	10,90
Alimentos, Bebida e Fumo	3,90	5,90	-2,10	2,70	3,80	-0,20	11,70	13,60
Telecomunicações	6,30	3,20	-17,10	9,30	-8,70	-8,50	1,60	3,60
Química e Petroquímica	3,30	6,80	2,60	9,90	6,80	-48,70	23,80	26,40
Serviços Públicos	7,60	7,70	-3,00	4,10	1,50	-7,40	12,00	12,00
Siderurgia e Metalurgia	5,10	1,40	-2,60	13,60	12,20	6,20	22,20	30,90
Atacado e Comércio Exterior	12,20	18,50	8,90	7,10	13,10	17,00	22,00	18,30
Comércio Varejista	8,60	10,60	7,60	8,20	2,50	7,10	12,50	13,30
Automotivo	-1,20	-0,70	-8,10	12,60	7,10	-71,80	4,30	6,00
Papel e Celulose	-2,30	-3,80	-0,70	11,70	6,40	-7,00	25,10	20,10
Mineração	5,80	9,30	10,50	10,90	8,60	17,30	28,80	31,40

Fonte: Gregório (2005). Elaboração própria.

Vale notar que o setor que apresentou rentabilidade sobre o patrimônio líquido maior que a do setor bancário, qual seja, o de mineração, é também bastante concentrado. Outro ponto que se deve lembrar é que a rentabilidade sobre o patrimônio líquido do setor bancário engloba atividades outras além do crédito com recursos livres.

A literatura não tem sido conclusiva a respeito da influência do poder de mercado sobre o spread, em especial devido a dois motivos: o índice de concentração Herfindahl-Hirschman calculado para o setor bancário no Brasil não indicam que ele seja altamente concentrado, conforme Nakane (2003) e; alguns estudos estatísticos chegam a resultados que indicam que os índices de concentração de mercado não impactam significativamente as taxas de juros cobradas pelos bancos, segundo Oreiro et al. (2006). Entretanto, uma análise qualitativa e crítica dos dados e do funcionamento do setor bancário no país não permite se descarte a hipótese de que o poder de mercado apresente algum tipo de influência sobre o alto patamar dos juros cobrados pelos bancos.

É importante também fazer menção à questão do poder político e econômico dos bancos e, de maneira mais ampla, da elite financeira no país. Minella (1988) desenvolve um trabalho investigando os banqueiros no Brasil, seus interesses, sua organização enquanto classe e sua

participação na política. Descreve os movimentos do setor no sentido de criar uma classe mais organizada ao longo do século XX e sua atuação política, sempre presente, no poder legislativo e nos órgãos estatais, seja por iniciativa individual de seus membros, seja por meio de órgãos representativos, como congressos, sindicatos e associações. A relação da burguesia bancário-financeira com o Estado sempre tendeu a ser próxima. Os banqueiros ou seus intelectuais frequentemente assumiam a diretoria de bancos oficiais ou podiam interferir neles por controlarem os governos estaduais, as secretarias da fazenda estaduais ou ministérios. Durante a ditadura militar houve, inclusive, acordos entre o Estado e os sindicatos dos banqueiros, envolvendo apoio financeiro e apoio político.

Os presidentes dos congressos nacionais de bancos, nos anos 1960 e 1970, cujas decisões eram consideradas como expressão dos interesses dos banqueiros como um todo, estavam sempre vinculados direta ou indiretamente ao poder político, sendo ministros, secretários estaduais ou parlamentares, ou ainda fazendo parte de aparelhos como o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional. A secretaria geral dos congressos foi controlada muitas vezes por grupos bancários privados e as teses enviadas a esses congressos, que eram livremente encaminhadas por banqueiros, instituições financeiras ou órgãos de classe, passaram a ser, a partir de 1970, enviadas apenas por órgão de classe, em um movimento que permitiu maior controle das teses que chegavam à pauta do congresso. A partir de 1973, a FEBRABAN e a FENABAN (Federação Nacional dos Bancos) passaram a determinar os temas aos órgãos de representação regional. Vale destacar que um terço dos integrantes da subcomissão de teses tinha algum tipo de vínculo político direto ou indireto.

A ASSOESP (Associação dos Bancos do Estado de São Paulo), controlada por instituições cujos diretores também tinham vínculos políticos, defendia a centralização bancária, o fortalecimento da economia de mercado e dos grandes conglomerados e fazia pressão por uma maior participação no Banco Central e no CMN. A Associação mantinha controle da liderança da FEBRABAN e participava dos congressos nacionais de bancos, além de manter contato com os órgãos públicos buscando a participação em comissões governamentais ou em grupos de estudo. Com esses movimentos, pretendia fazer-se presente, influenciar e pressionar o Estado.

Assim, verifica-se que o setor bancário no Brasil cresceu e se concentrou ao longo de uma trajetória em que o envolvimento político foi marcante. Com uma configuração estruturalmente e crescentemente concentrada, além de economicamente e politicamente poderosa, pode-se afirmar

com um certo grau de segurança que as instituições financeiras apresentam poder para estabelecer ou ao menos influenciar regras e políticas do funcionamento de suas operações e de sua indústria e para impor taxas de juros elevadas.

6 - Conclusões e Considerações Finais

As análises efetuadas neste trabalho levaram em consideração os estudos e dados de diversas fontes, englobando as visões de partes independentes e não-independentes no que concerne ao mercado bancário. Assim, dentro do âmbito dos objetivos desta pesquisa, foram discutidos dados empíricos, alegações, considerações e conclusões lógicas de diversas instituições e pensadores ligados ao Banco Central, à Federação Brasileira de Bancos, à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, ao Senado federal, a universidades como USP (Universidade de São Paulo), UFPR (Universidade Federal do Paraná), UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), dentre outras.

As análises aqui apresentadas evidenciam o nível bastante elevado em que se encontra o spread bancário no Brasil em relação aos spreads praticados em outros países. No que diz respeito a sua composição, os componentes mais expressivos são o custo administrativo, a inadimplência e o resíduo, aos quais se somam o custo tributário e o custo do compulsório. No estudo do custo administrativo, que tende a se reduzir com o ganho em escala, deve-se fazer menção ao recente grande crescimento dos correspondentes não-bancários e das operações via internet, que poderia ter ocasionado uma queda da participação do custo administrativo no total do spread muito mais expressiva do que a pequena redução observada – sugerindo, assim, um provável poder de mercado das instituições bancárias. Também se deve ater-se à questão das tarifas bancárias, que cobrem parcialmente as despesas com pessoal. Quanto à inadimplência, vale observar que houve uma tendência geral de queda nos últimos anos, resultado de diversos fatores, não necessariamente acompanhada por uma queda de mesma magnitude do spread. Outro ponto que suscita indagações são os juros altos cobrados em operações como o cheque especial, com baixo risco de inadimplência apesar de não exigirem garantias, e que podem corroborar a idéia do exercício do poder de mercado das instituições bancárias. A análise do custo tributário sugeriu uma possível rigidez para baixo do spread em relação a mudanças na tributação. Os estudos indicam relação positiva e significativa ou não-significativa para essa variável, devendo haver, em alguma medida, alguma alteração no spread causada por mudanças na tributação, em especial no que se refere aos impostos indiretos. O custo do compulsório compõe fração pouco relevante do spread. E, por fim, o resíduo, que engloba a margem do

banco, além de erros e subsídios cruzados, pode ser entendido como uma media imperfeita da remuneração das carteiras de crédito com recursos livres. A margem pode ser interpretada como o somatório de um lucro competitivo, da renda econômica (advinda do poder de mercado) e da remuneração pela assunção de riscos, como aqueles de reinvestimento e refinanciamento.

Quanto à influência de variáveis macroeconômicas no spread, a taxa de juros básica da economia, bastante elevada no Brasil, representa um custo de oportunidade às atividades bancárias de crédito, além de um custo efetivo de captação, e pode influenciar o spread também por meio de seu possível efeito sobre a inadimplência. Todos os estudos considerados apontam para uma relação positiva e estatisticamente significativa entre a taxa básica de juros e o spread. Já para a volatilidade da taxa básica de juros, os resultados dos estudos econométricos não são consonantes quanto à direção da influência, mas a análise qualitativa dessa variável sugere que a probabilidade de que sua influência sobre o spread seja positiva é maior que a de que seja negativa. Oscilações da taxa básica podem elevar o risco de taxa de juros incorrido pelos bancos, além de poderem afetar o nível de produção real. Os resultados dos estudos sobre a influência do nível de atividade e produto da economia sobre o spread não permitem afirmar qual a direção da influência. A inflação, por sua vez, como um indicador do risco macroeconômico e da evolução média dos preços de ativos alternativos à carteira de empréstimos, deve elevar o spread, a partir das constatações quantitativas e qualitativas observadas nos estudos.

Finalmente, quanto ao poder de mercado dos bancos, que poderia ser uma das razões para explicar o porquê de o spread bancário ser tão elevado no Brasil, deve-se levar em consideração a concentração do sistema bancário e as assimetrias de informação e de poder características dessa indústria. A rentabilidade do setor é bastante elevada, quando comparada a outras indústrias. Também não se deve deixar de considerar o poder e o envolvimento políticos dos bancos e dos banqueiros ao longo da segunda metade do século XX, que pode explicar um provável poder das instituições bancárias em impor taxas e influenciar políticas.

Referências Bibliográficas*

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. **Correspondentes: Uma Inovação Brasileira**. 2007.

Disponível em

<http://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/arquivos/horario_arquivos/apres_43.pdf>. Acessado em 05/05/2011.

AFANASIEFF, T.S.; LHACER, P.M.V.; NAKANE, M.I. The Determinants of Bank Interest Spread in Brazil. **Money Affairs**, Colonia Roma, v. 15, n. 2, p.183-207, 2002.

AFONSO, J. R.; KÖHLER, M. A.; FREITAS, P. S. de. **Evolução e Determinantes do Spread Bancário no Brasil**. Texto para Discussão 61, Centro de Estudos da Consultoria do Senado Federal. 2009

ARAUJO, L. A. A. de; JORGE NETO, P. M.; SALAZAR PONCE, D. A. Competição e Concentração entre os Bancos Brasileiros. **Revista EconomiA**. p.562-586. Set/Dez 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Juros e Spread Bancário no Brasil**. Outubro/1999. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/ftp/juros-spread1.pdf>>. Acessado em 27/mai/2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária e Crédito**. 2005 Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pec/spread/port/rel_econ_ban_cred.pdf>. Acessado em 01/05/2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária e Crédito**. 2007. Disponível em http://www.BACEN.gov.br/Pec/Depep/Spread/relatorio_economia_bancaria_credito2007.pdf. Acessado em 27/mai/2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária e Crédito**. 2008. Disponível em <http://www.BACEN.gov.br/Pec/Depep/Spread/relatorio_economia_bancaria_credito2008.pdf>. Acessado em 30/set/2010.

* Baseadas na norma NBR 6023, de 2002, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária e Crédito**. 2009. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/REBC2009.pdf>>. Acessado em 01/05/2011.

BIGNOTTO, F.G.; RODRIGUES, E.A.de S. **Fatores de Risco e o Spread Bancário no Brasil**. Trabalhos para Discussão 110. Banco Central do Brasil. 2006

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Macroeconomia Pós-Plano Real: As Relações Básicas**. In: SICSÚ, J.; DE PAULA, L. F.; MICHEL, R. (Ed.). Novo Desenvolvimentismo – Um Projeto Nacional de Crescimento com Equidade Social. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005. p.3-47.

BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P.A. **Estatística Básica**. 5.ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2003. 526 p.

CARNEIRO, R. **Globalização e Inconvertibilidade Monetária**. Texto para discussão – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. n.120, Rev. Agosto 2007

CARVALHO, D. B.; SANTOS, G. M. **Os Acordos de Basileia** – um roteiro para implementação nas instituições financeiras. [2008]. Disponível em: <http://www.FEBRABAN.org.br/Arquivo/Servicos/Imprensa/Artigo_Basileia_6.pdf>. Acessado em 29/jun/2009.

COELHO, J. R. R. **Custo do Capital e Competitividade**: análise de juros e spread bancário (inclui informações de março de 2009). Departamento de Competitividade e Tecnologia – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. 2009. Disponível em: <http://www.FIESP.com.br/competitividade/downloads/FIESP_Custo_Capital_Competitividade_090130.pdf>. Acessado em 05/jun/2009.

COELHO, J. R. R. **Custo do Capital e Competitividade**: análise de juros e spread bancário (inclui informações até janeiro de 2010). Departamento de Competitividade e Tecnologia – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. 2009. Disponível em: <<http://www.FIESP.com.br/competitividade/downloads/vi%20-%20custo%20do%20capital.pdf>>. Acessado em 04/abr/2011.

COSTA, A. C. A.; NAKANE, M. I. **Revisitando a Metodologia de Decomposição do Spread Bancário no Brasil**. 2004

FABRIS, Maria Juliana Zeilmann. **Três Ensaio Sobre Taxas de Juros e Spreads Bancários no Brasil**. 2010. 144 p. Tese (Doutorado em Economia com ênfase em Economia do Desenvolvimento) – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. **O Setor Bancário em Números**. [2008]. Disponível em http://www.FEBRABAN.org.br/p5a_52gt34++5cv8_4466+ff145afbb52ffrtg33fe36455li5411pp+e/siteFEBRABAN/informacoes_do_setor.pdf. Acessado em 29/jun/2009.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. **Spread Bancário no Brasil** – Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade. Março 2010.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. **Spread Bancário no Brasil** – Tendências de Longo Prazo, questões metodológicas e evolução recente. Agosto 2010.

GREGÓRIO, Jaime. **Análise Comparativa da Rentabilidade do Setor Bancário Privado Atuante no Brasil no Período de 1997 a 2004**. 2005. 106 p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

KAKINAMI, Kelly. **Evolução do Grau de Alavancagem dos bancos comerciais brasileiros e a Regulação** – uma visão comparativa do período de 1950 a 2005. 2007. 100 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MENDONÇA, H. F. Mecanismos de Transmissão Monetária e A Determinação da Taxa de Juros: Uma Aplicação da Regra de Taylor ao Caso Brasileiro. **Economia e Sociedade**, Campinas, (16), p.65-81, Junho 2001.

KOYAMA, S.; NAKANE, M. **O spread bancário segundo fatores de persistência e conjuntura**. Notas Técnicas do Banco Central do Brasil, n. 18. 2002.

LACERDA, C. O. **Liberalização Tarifária no Contexto Concorrencial do Setor Bancário Brasileiro**. Prêmio SEAE. Belo Horizonte, Minas Gerais. 2006

MINELLA, A. C. **Banqueiros: Organização e Poder Político no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo Ltda.; São Paulo: ANPOCS. 1988. 530 p.

NAKANE, M. I. **A Test of Competition in Brazilian Banking**. Working Paper Series 12. Banco Central do Brasil. 2001

NAKANE, M. I. **Concorrência e Spread Bancário: Uma Revisão da Evidência para o Brasil**. Departamento de Estudos e Pesquisas, Banco Central do Brasil. 2003

OLIVEIRA, G.C.; CARVALHO, C.E. O componente “custo de oportunidade” do spread bancário no Brasil: uma abordagem pós-keynesiana. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 3 (31), p.371-404, 2007.

OREIRO, J.L.C. et al. Determinantes macroeconômicos do spread bancário no Brasil: teoria e evidência recente. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 10. n. 4, p.609-634, out-dez 2006.

OREIRO, J.L.C. et al. **Por Que o Custo do Capital no Brasil é Tão Alto?** Artigo elaborado para o Conselho de Política Industrial da Confederação Nacional da Indústria. Março/2007.

RODRIGUES, E. A. S.; ALENCAR, L. S.; CHU, V.; TAKEDA, T. **O Efeito da Consignação em Folha nas Taxas de Juros dos Empréstimos Pessoais**. 2006

SAUNDERS, A. **Administração de Instituições Financeiras**. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2007. 663 p.

SOUZA, R.M.L. de. **Estrutura e Determinantes do Spread Bancário no Brasil: Uma Resenha Comparativa da Literatura Empírica**. 2006. 135 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

TAKEDA, T.; BADER, L.C.B. **Consignação em Folha de Pagamento – Fatores da Impulsão do Crédito**. In BCB, 2005.

VERRONE, M. A. G. **Basiléia II no Brasil – uma reflexão com foco na regulação bancária para risco de crédito – Resolução CMN 2.682/99**. 2007. 155 p. Dissertação (Mestrado em

Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.